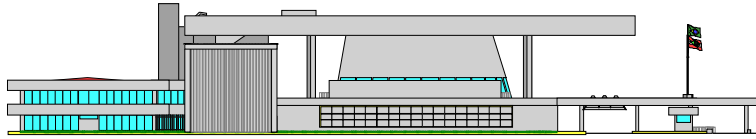


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 20 DE ABRIL DE 2011

NÚMERO 6.274

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Ada Faraco De Luca
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Ada Faraco De Luca
Neodi Saretta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ada Faraco De Luca
Maurício Eskudlark
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EXPEDIENTE</p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2274 EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 030ª Sessão Ordinária realizada em 19/04/2011 2 Ata da 031ª Sessão Ordinária realizada em 20/04/2011 15</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência DL..... 24</p> <p>Publicações Diversas Ata da Procuradoria 24 Atas das Comissões Permanentes..... 24 Aviso de Resultado 27 Extrato 27 Ofício 27 Projetos de Lei 27 Redações Finais 28</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Dirce Heiderscheidt - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reclama da falta de segurança pública em Blumenau.

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Cumprimenta a deputada Ana Paula pelo brilhante pronunciamento sobre segurança e pelo seu aniversário.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Manifesta-se a respeito da segurança pública; registra o Dia Nacional do Livro Infantil.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Solidariza-se com o deputado Ismael dos Santos.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Cumprimenta o deputado Ismael dos Santos pelo pronunciamento.

Partidos Políticos

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Tece considerações sobre a convenção estadual do PSDB e seus desdobramentos.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Parabeniza o deputado Gilmar Knaesel pela forma prudente de se manifestar na convenção do partido.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Tece comentários a respeito da renúncia fiscal em SC.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Cumprimenta as deputadas Ana Paula Lima e Ada De Luca pelo aniversário; faz referência à decisão acerca do CEE Celso Ramos; registra apoio à reclamação da cidade de Blumenau.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença do secretário regional de Mafra, Wellington Roberto Bieleck, e dos vereadores de São Bento do Sul: Antônio Joaquim Tomazini Filho e Josias Terres.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Chama a atenção dos deputados para a crise na rizicultura catarinense.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Solidariza-se com o deputado José Milton Scheffer.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Solidariza-se com o deputado José Milton Scheffer.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Manifesta-se a respeito das visitas às unidades hospitalares em alguns municípios do estado.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jean Kuhlmann.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Reforça a necessidade da correção da tabela do SUS.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Manifesta-se a respeito da trajetória do PMDB.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Solidariza-se com o deputado Manoel Mota no que diz respeito ao PMDB.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (aparte) - Solidariza-se com o deputado Manoel Mota nas considerações acerca do PMDB.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Apóia a posição do deputado Manoel Mota sobre o PMDB.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Lembra agenda da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Faz um balanço de suas atividades no acompanhamento às audiências públicas.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Apresenta relatório da viagem que fez com os deputados Edison Andrino e Gilmar Knaesel ao Uruguai; reporta-se ao trabalho da comissão de Defesa Civil.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Presta contas do roteiro que cumpriu em Montevideú; cumprimenta o PMDB pelos 45 anos de existência.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (aparte) - Fala da possibilidade de se criar um grande evento cultural do Mercosul em Florianópolis.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Justifica a mudança de horário da realização da reunião da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se à questão da segurança pública e da distribuição dos novos policiais formados pela Acadepol.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Agradece a solidariedade ao debate sobre a segurança pública.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Tece comentários sobre a obesidade mórbida.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Cumprimenta o PMDB pelos 45 anos; informa que é de Irineópolis a nova *miss* Santa Catarina; registra que o centenário de Canoinhas se aproxima; reporta-se à visita feita à secretaria de Infraestrutura.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Cumprimenta os peemedebistas catarinenses; elogia o trabalho do Procon de Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

A primeira oradora inscrita é a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, povo catarinense, quando se elabora um plano de governo, elabora-se para melhorar a vida das pessoas que moram no país, que moram no estado e que moram no município.

Por isso, quando as pessoas colocam o seu nome à disposição para concorrer à eleição, principalmente a um cargo de gestor de um município, do estado ou da união é preciso elaborar, deputado Ismael dos Santos, um plano de governo.

Acredito que estamos vivendo no estado de Santa Catarina um problema que se vem agravando a cada dia. Não se ouve a população, as suas reclamações e as suas dificuldades. Acredito que este governo que está há quatro meses no comando do nosso estado tem cometido alguma falhas. Por que digo isso? Porque quando se coloca o nome à disposição da população já se deve ter conhecimento das dificuldades estaduais. E as dificuldades maiores, deputado Elizeu Mattos, referem-se à Saúde, à Educação e à Segurança Pública.

Falo isso porque, deputado Ismael dos Santos, a manchete do *Jornal de Santa Catarina* já diz tudo. Quando acordamos e lemos o jornal de hoje percebemos que ali

estava estampado tudo aquilo que vimos dizendo. Nós, que moramos na região do médio vale do Itajaí, vimos há muito tempo pedindo providências do governador no que tange à segurança pública. Inclusive, na semana passada, a Câmara Municipal de Blumenau também veio a esta Casa solicitar providências ao governador do estado.

O que diz o jornal? Que vai para Blumenau somente um policial! Somente um! Será que o governador, será que o vice-governador, será que os secretários não sabem que segurança pública é um tema que vem sendo tratado de forma muito desajeitada por essa continuação de governo? O governo hoje é capitaneado por um democrata, o prefeito da minha cidade também é democrata, mas os dois não conseguem resolver o problema da segurança.

Mais uma vez, deputado Ismael dos Santos, v.exa. que tem feito coro aos nossos reclamos, o nosso município foi preterido em relação ao número de policiais militares a serem para lá enviados pelo governo do estado. Apenas um dos 202 policiais que se formaram ontem na cidade de Florianópolis foi enviado a Blumenau.

Na semana passada, aprovamos em tempo recorde a minirreforma administrativa - o governo não quer que se chame de minirreforma -, que criou 231 cargos comissionados! Enquanto isso, apenas um policial militar será enviado para Blumenau. Um policial! E vão ser contratados agora, com salários variados, 231 cargos comissionados!

Há cerca de duas semanas trouxe à tribuna a minha preocupação em relação ao número reduzido de policiais, tanto militares quanto civis, na cidade de Blumenau, onde a proporção de policiais militares é de um para cada 1.096 habitantes e de um policial civil para cada 4.600 habitantes.

Pergunto: como a Polícia vai exercer bem o seu trabalho? Apenas um policial civil para cuidar de 4.600 habitantes?! Acho isso um descaso absoluto do governo do estado para com Blumenau, que é uma cidade importante, a terceira maior cidade do estado, cujo prefeito é do mesmo partido político do governador.

Sr. presidente, tenho certeza de que o governo do estado porta-se com descaso em relação a Blumenau e a todo o médio vale do Itajaí. Essa área é vital para a população, mas aquela cidade está assistindo a um crescimento absurdo da criminalidade.

Por derradeiro, reafirmo minha indignação com o tratamento dado ao médio vale do Itajaí: dos 202 policiais que se formaram ontem um vai para a nossa cidade - e a vaga é de delegado - e outro para Ascurra. Isso é um absurdo!

Sras. deputadas, srs. deputados, repito, é um descaso com a nossa população, é um tratamento banal de uma questão extremamente séria. Depois, quando acontecem ações criminosas de grande porte, que alarmam a população, perguntam por quê. No ano passado foram registrados três homicídios em Blumenau cujas vítimas eram mulheres. Estamos no quarto mês de 2011 e já ultrapassamos o número de homicídios do ano passado inteiro!

Sentimo-nos envergonhados e apreensivos com esses números, vivemos tristes, com muito medo. Na próxima segunda-feira, se Deus quiser, deputado Ismael dos Santos, mais uma vez discutiremos, em audiência pública, a questão da segurança

pública. Após muitos adiamentos, finalmente, no dia 25 de abril, às 14h, realizar-se-á na Câmara Municipal de Blumenau, através da comissão de Segurança Pública, deputado Maurício Eskudlark, uma audiência pública para debater a questão da segurança de Blumenau e região.

A audiência, que reiteradas vezes foi cancelada, agora se realizará na Câmara de Vereadores. Eu acho que é um espaço pequeno para um tema de tamanha importância e que deve ser debatido não somente por quem detém um cargo eletivo, por autoridades constituídas, mas pela população, pelas pessoas que moram nas cidades circunvizinhas.

Essa vai ser a hora de mandarmos um recado para o governador. O estado precisa acordar para o drama e apresentar imediatamente ações que sejam resolutivas e que permitam às famílias de Blumenau e região sair dessa situação de insegurança. Quero nesta data, convocar para a audiência todas as autoridades da cidade, prefeito, vereadores, deputados, empresários, representantes de sindicatos, conselhos de segurança, associações de moradores, organizações não governamentais e autoridades eclesásticas.

Acho que toda a sociedade precisa estar presente no próximo dia 25, na Câmara de Vereadores, às 14h, para que a nossa voz de uma vez por todas seja ouvida pelo governador. Essa é uma questão de sobrevivência para a cidade.

Quem tem a palavra agora são as autoridades do estado e, mais uma vez, Blumenau e região não pode ser mais estampada nos jornais como foi, tendo recebido apenas um policial, que é delegado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Gostaria de cumprimentar a deputada Ana Paula pelo brilhante pronunciamento que acabou de fazer, trazendo para o debate o tema da segurança.

Ao mesmo tempo quero também registrar que uma bela forma de comemorar o aniversário é trabalhando pela comunidade que nos elegeram. V.Exa. está de aniversário hoje e fazendo essa intervenção. Parabéns! Continue fazendo o belo trabalho que faz nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, quero parabenizar a deputada Ana Paula pelo seu aniversário no dia de hoje. E aproveitando o ritmo do debate, quero prosseguir nesse viés da segurança pública.

De fato o nosso sentimento foi de incredulidade tanto ontem, quando recebemos a notícia, quanto hoje, quando abrimos o *Jornal de Santa Catarina* e lemos a matéria sobre os novos policiais de Santa Catarina, informando que dos 202 reforços, apenas um seria destinado a Blumenau.

Deputado Maurício Eskudlark, o jornal teve a criatividade de desenhar 202 bonequinhos e colocar um vermelhinho no meio para representar o que iria para a nossa cidade.

Imediatamente fizemos contato com o governo do estado - e hoje pela manhã prosseguimos as conversações - e a resposta que obtivemos foi que o pacote já estava pronto, pacote este que veio do governador Leonel Pavan, e que a Acadepol apenas seguiu as regras de distribuição.

Eu até questionei ontem, ao ser inquirido por algumas emissoras de rádio de Blumenau sobre a força dos deputados da região em relação a essa distribuição. E veio-me à mente, inclusive, deputado Eliseu Mattos, o seu exemplo, líder do governo nesta Casa, com o governador Raimundo Colombo, eis que dos 202 policiais de Santa Catarina não foi nenhum para Lages.

Aí eu me pergunto: será que são perspectivas apenas técnicas ou de fato há ingerência política, deputado Maurício Eskudlark? V.Exa. que também é da região, sabe que os índices de criminalidade, inclusive de homicídios, nos primeiros quatro meses de 2011 deixam-nos extremamente chateados, para mais de incrédulos, de fato incomodados com essa perspectiva aritmética da distribuição dos policiais militares e civis.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizá-lo pela reivindicação justíssima.

Deputado, como foi citado o ex-governador Leonel Pavan, quero informar que esses 202 policiais são do concurso feito ainda no governo anterior de Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan. Foi o maior concurso da história. Houve mais um concurso iniciado no governo anterior, com quase 700 aprovados, e até pouco tempo diziam que a culpa era do ex-secretário Ronaldo Benedet. Agora dizem que a culpa é de Leonel Pavan.

Na Segurança Pública é preciso ter sensibilidade política e critério técnico. Não se pode, no entanto, fazer politicagem, apadrinhar pessoas de um partido, fazer ações beneficiando somente um partido. Mas não vi o ex-secretário Ronaldo Benedet fazer isso. Temos que ser justos.

Fazíamos a distribuição - e tive a honra de ser delegado-geral da Polícia - de acordo com as necessidades da região. Se o nosso estado tivesse zerado a criminalidade, poderia fazer simplesmente a distribuição técnica, mas não zerou. Então, temos que ter sensibilidade!

Agora, é inadmissível uma região como a de Blumenau receber apenas um policial. Sei que algumas regiões têm maior necessidade, mas isso tem que ser rediscutido, até porque o político, o deputado, o vereador, as lideranças - e a Câmara de Vereadores de Blumenau esteve, há poucos dias, nessa tribuna reivindicando mais policiais - não fazem isso a bel-prazer, por questão política, fazem porque representam a população e ouvem os seus reclamos.

Entendo que foi uma forma infeliz de distribuição e muitas regiões, além de Blumenau, estão reclamando. Por isso é importante rediscutir a situação de Blumenau e mudar para um número maior de policiais, no mínimo oito a dez policiais, já que o número não é tão grande para o estado. Enfim, a região de Blumenau tem que receber, no mínimo, de oito a dez policiais.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, deputado. Eu não sou especialista em segurança pública como v.exa., que é egresso da Polícia Civil, ou o deputado Sargento Amauri Soares, que é da Polícia Militar, mas tenho questionado isso. E lamento, líder do governo, ter que fazer um desabafo aqui: o secretário da Segurança tem sido um tanto quanto inacessível. Espero que ele mude um pouco a sua forma de se relacionar, inclusive, com este Parlamento.

Estaremos na audiência pública - e quero convidar v.exa., deputado Maurício Eskudlark, que é especialista na área - na Câmara de Vereadores de Blumenau, na próxima segunda-feira, às 14h - para discutir a questão da distribuição não somente dos policiais civis como também dos policiais militares, que é outro debate que já está surgindo. Há uma promessa, inclusive, de que no próximo dia 18 de junho cheguem 37 ou 38 policiais militares à cidade de Blumenau.

Mas vamos, sim, fazer valer a nossa representação nesta Casa, no vale do Itajaí e cobraremos do secretário da Segurança, promotor César Grubba, a perspectiva técnica, como também a força e a presença desses deputados na região de Blumenau que, lamentavelmente, ficou órfã dessa vez.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Ismael dos Santos, quero agradecer a v.exa. o aparte e dizer que acabo de vir de uma reunião com o governador Raimundo Colombo, com o prefeito João Paulo Kleinübing e com o secretário da Segurança, César Grubba, na qual pedi uma explicação sobre essa situação. E o próprio governador, questionando o secretário, disse que não fora designado nenhum policial para Lages.

O deputado Eliseu Mattos, que é líder do governo, que estava ao meu lado, disse que não iria falar nada porque para Lages não fora nenhum policial civil. Por quê? Justamente porque o concurso foi preparado pelo governo anterior e o governador Raimundo Colombo tem, sim, um compromisso com a nossa região e vai, com certeza, atender Blumenau e região. O próprio secretário César Grubba reafirmou esse compromisso dentro do novo concurso público que irá realizar, e o governador Raimundo Colombo é quem vai determinar para onde irão os policiais.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado, e estaremos lá na segunda-feira para ouvir e cobrar do secretário da Segurança Pública a questão da segurança no estado e, em especial, no vale do Itajaí.

Quero, ao encerrar a minha intervenção nesta tarde, parabenizar todos os escritores catarinenses de literatura infantil porque ontem, dia 18 de abril, foi o Dia Nacional do Livro Infantil, numa homenagem ao nosso grande escritor, patrono da literatura infantil no país, Monteiro Lobato, nascido em 18 de abril de 1882, que dizia que um país se faz com homens e livros.

Quero registrar os meus parabéns aos editores e aos autores de literatura infantil pela reflexão permitem, pelo lúdico que proporcionam, como também pelas asas que dão à imaginação de todos aqueles que na escola a ela tiveram acesso.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são reservados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e pessoas que acompanham a nossa sessão, com a vênua dos deputados Maurício Eskudlark e Dóia Guglielmi, quero informar que o PSDB de Santa Catarina está ainda no processo de escolha da sua nova executiva estadual, dentro do que prevê o seu regimento, que determina a convocação de eleições estaduais para a renovação do diretório e da executiva.

No domingo, num grande evento festivo em Florianópolis, mais de 1.500 tucanos, dentre filiados e simpatizantes, lideranças, vereadores, vice-prefeitos, prefeitos, deputados estaduais, federais e também o senador da República, estiveram reunidos para escolher o novo diretório estadual. Para uma grande maioria, com quase 380 votos, foi eleito o novo diretório estadual, sendo adiada a eleição da executiva para amanhã.

Dois nomes se colocaram à disposição para presidir o diretório estadual: o ex-governador, ex-vice-governador, ex-senador da República, ex-deputado federal, ex-prefeito de Balneário Camboriú e atual presidente do partido, Leonel Pavan, que, pelos relevantes serviços prestados ao partido e estimulado por vários companheiros, pleiteia a continuidade do seu mandato; e o nosso colega, deputado Marcos Vieira, que há vários anos é responsável pela construção do PSDB de Santa Catarina, num trabalho dedicado, percorrendo todo o estado, sempre trazendo novas lideranças e fortalecendo o partido.

No domingo, a grande maioria das lideranças - prefeitos, vice-prefeitos e deputados estaduais - decidi que deveríamos ainda buscar o consenso, ou seja, uma candidatura de consenso, que pode tanto ser um dos dois candidatos colocados ou mesmo um terceiro nome.

Sempre tive uma posição clara a respeito desse processo e manifestei-me várias vezes no sentido da busca de um nome de consenso, para que neste momento difícil que o PSDB nacional enfrenta possamos reencontrar um projeto, um discurso para as futuras eleições, pois toda derrota traz consequências ruins, inclusive internamente.

Em Santa Catarina o PSDB tinha, na eleição passada, a expectativa de ter candidato próprio ao governo do estado, o então vice-governador Leonel Pavan. Como isso não aconteceu, acabamos decidindo, por maioria, na nossa convenção estadual, integrar a coligação liderada pelo Democratas e pelo PMDB.

Ainda temos dificuldades internas decorrentes dessa decisão, já que algumas lideranças não concordaram integralmente com a decisão da maioria do diretório estadual de integrar a coligação. Assim, como há ainda algumas cicatrizes, entendo que a melhor saída para esse processo seja a construção de um candidato de consenso. Acredito ainda nisso!

Hoje, o deputado Maurício Eskudlark, este deputado e várias lideranças, ao participarmos de várias conversas nesse sentido, as quais terão continuidade na tarde de hoje, chegamos à conclusão de que amanhã prevalecerá o espírito partidário acima dos interesses pessoais, que são legítimos e

existem em todos os partidos. Enfim, temos que ceder para que prevaleça o espírito partidário, que é o desejo da grande maioria dos tucanos de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa. pela forma prudente, e não poderia ser diferente, com que se manifestou na convenção de domingo. Foi uma festa muito bonita, onde, acredito, havia mais de mil pessoas de todo o estado de Santa Catarina.

Estava pensando há pouco que essa situação é parecida com as questões de trânsito. Às vezes algumas pessoas que normalmente são tranquilas no dia a dia, quando vão dirigir um carro e são fechadas por outros motoristas, exaltam-se, querem brigar. Isso acontece também no futebol e na política. E naquele momento, quando algumas pessoas estavam alteradas, querendo ganhar, querendo impor seu candidato, v.exa., juntamente com o deputado Dado Cherm, juntamente com os nossos prefeitos, com o senador Paulo Bauer, enfim, com várias lideranças, conduziu muito bem a situação e conseguiu acalmar os ânimos.

Tenho esperança de que até amanhã se consiga o consenso e que esse conflito momentâneo sirva somente de gás para impulsionar o partido e a mobilização de todos os companheiros. Vemos que hoje a conversa está bem mais tranquila e, pensando na pacificação e no partido, espero que o PSDB saia ainda mais forte desse processo.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Agradeço também a v.exa., pois liderou, juntamente conosco, esse processo de adiamento na decisão da escolha da executiva com o mesmo pensamento, com o mesmo objetivo de buscar, acima de tudo, uma liderança que possa conduzir o partido dentro da tranquilidade e da reconstrução.

Quero dizer também que o gesto praticado pelo nosso ex-governador Leonel Pavan, noticiado hoje, de que está à disposição para buscar uma terceira via dá mostras claras do avanço que houve e tenho certeza de que esse também é o pensamento do nosso companheiro, deputado Marcos Vieira.

O que desejamos é que os ideais de Mário Covas, de Fernando Henrique Cardoso e de tantas outras lideranças nacionais que acreditaram e que acreditam na social democracia estejam presentes nessa decisão que haveremos de tomar amanhã, para que o PSDB de Santa Catarina possa sair fortalecido.

Por último, quero fazer uma referência muito especial ao senador Paulo Bauer, que tem feito a sua parte e tem-se colocado à disposição. E os deputados federais, principalmente Jorginho Mello, Marco Tebaldi e o suplente de deputado federal Gervásio Silva, comungam com esse pensamento da maioria dos deputados estaduais, que acreditam que estamos próximos a um bom entendimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Quero cumprimentar o PMDB que hoje completa 45 anos. Eu vejo, na galeria da Assembleia, um dos fundadores do partido, dr. Saulo Vieira. Lembro-me muito bem quando ele levava o livro do MDB para o oeste de Santa Catarina, no tempo em que a estrada não era asfaltada, para ir conseguir filiações. Com certeza o dr. Saulo é um grande mestre, um grande conselheiro do nosso partido, o PMDB.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e todos que nos acompanham, também quero congratular-me e socializar-me a essa experiência da história bonita que o PMDB construiu no Brasil com suas grandes lutas.

Sr. presidente, acompanhando os dados e informações que a própria imprensa divulga, todos parecem estar percebendo, por incrível que pareça, que é polêmica a renúncia fiscal do nosso estado. Nós já alertávamos sobre essa situação há tempos, sempre questionando a estratégia da renúncia fiscal, que hoje apresenta números assustadores para Santa Catarina.

No dia 16 de abril, o comentário do jornalista Moacir Pereira foi o seguinte:

(Passa a ler.)

“Santa Catarina: o modelo faliu

O modelo existente em Santa Catarina está com os dias contados. O estado perdeu a capacidade de investimentos, a máquina pública consome a metade da receita, as despesas vinculadas limitam a realização de obras e serviços e a renúncia fiscal de R\$ 4,2 bilhões representa um grave desafio a enfrentar.”

Trago também outro comentário do jornal *Diário Catarinense*, do dia 15 de abril:

(Passa a ler.)

“SC abre mão de R\$ 1,00 para cada R\$ 3,00 de ICMS.

A guerra fiscal já custa R\$ 4,2 bilhões aos cofres públicos catarinenses. O governo prevê receita de R\$ 11,5 bilhões com o imposto este ano.[...][sic]

Queremos apresentar um dado que nos preocupa de fato.

(Passa a ler.)

[...]

O volume dos benefícios fiscais concedidos pelo estado é muito superior ao aplicado em outras áreas. Em 2011, por exemplo, o orçamento previsto para a saúde é de R\$ 1,3 bilhão; para a educação, de R\$ 2,26 bi; para a infraestrutura, R\$ 447,5 milhões; para a segurança pública (Civil, Militar e Corpo de Bombeiros), R\$ 1,47 bi.[...][sic]

Esses dados, srs. deputados, sras. deputadas e catarinenses que nos acompanham, precisam ser debatidos e enfrentados e peço à assessoria que coloque na tela algumas planilhas para que sejam acompanhadas por todos.

(Procede-se à projeção de imagens.)

Vejam o crescimento industrial acumulado nos últimos dez anos, relacionando Santa Catarina e o Brasil. O volume de renúncia fiscal no estado é de 33% atualmente, deputado Darci de Matos. O nosso crescimento industrial foi de 5,16%, ao passo que o crescimento nacional foi de 30,73%.

Outro dado que queremos apresentar é o crescimento da renúncia fiscal, deputado Moacir Sopelsa. Quando foi criado o Pró-Emprego, a renúncia fiscal começou a acelerar, chegando a R\$ 565 milhões. Em 2005 essa renúncia ficou em torno de R\$ 1 bilhão, chegando, em 2010, a R\$ 4,2 bilhões. Então, houve um crescimento exagerado, já que nos últimos dez anos deixamos de arrecadar R\$ 18,2 bilhões decorrentes de renúncia fiscal,

que gerou outro impacto negativo na balança comercial. A partir de 2007, a nossa balança comercial vem caindo drasticamente. De R\$ 2,3 bilhões de superávit, caímos, em 2010, para R\$ 4,3 bilhões de déficit. Esse é um número altamente preocupante.

Vimos alertando para isso há algum tempo, principalmente no que se refere ao Pró-Emprego, que dá muitos incentivos à importação e prejudica a produção interna. Em nossa avaliação, esse é um dos grandes motivos da drástica queda da balança comercial.

Agora, entendemos que não é apenas o setor industrial, através de sua federação, a Fiesc, que deve discutir uma alternativa para Santa Catarina. Essa tem que ser uma política do estado, a equipe econômica do governo tem que encontrar uma resolução para esse problema. O estado não pode delegar às organizações da iniciativa privada, que são as próprias interessadas, a responsabilidade de construir uma proposta de equacionamento dessa questão.

Sras. deputadas e srs. deputados, a renúncia fiscal foi construída na perspectiva da concessão de incentivos fiscais para as regiões com menor desenvolvimento. No caso de Santa Catarina, há algumas regiões que, com certeza, precisam de incentivo para desenvolver-se, como, por exemplo, a região serrana. Mas isso virou uma política geral, uma estratégia de desenvolvimento do estado, em detrimento da construção de uma política social. A única forma que o governo encontrou de fazer política social foi a concessão de incentivo fiscal para gerar emprego. Mas uma política social tem que ser mais ampla, é preciso investir na Saúde, na Educação, na Segurança e na Infraestrutura.

Estamos fazendo, mais uma vez, esse alerta e propomos, inclusive, convocar os empresários e os secretários de estado para virem à comissão de Economia desta Casa discutir com as entidades, com as organizações e com o governo a possibilidade de construir uma política visando sair dessa situação.

Até concordamos com o secretário que é muito difícil fazer política pública com o atual nível de renúncia fiscal. Agora, não dá simplesmente para justificar que não dá para pagar o piso salarial dos professores, que não dá para fazer política para a agricultura familiar, que não dá para fazer política para as micro e pequenas empresas porque não há recursos.

Compreendemos o desafio de Santa Catarina, e a nossa bancada quer contribuir na perspectiva de construir uma nova pauta de desenvolvimento da balança comercial, do crescimento industrial, da renúncia fiscal e de outras políticas que dizem respeito ao nosso estado.

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero cumprimentar especialmente as deputadas que estão de aniversário hoje: Ana Paula Lima e Ada De Luca. Quero deixar a minha saudação e o desejo de êxito nas atividades que desempenham e que irão desempenhar ao longo deste e dos próximos anos.

O deputado Dirceu Dresch falava sobre a renúncia fiscal, posto que foi tema dos meios de comunicação, na última semana, o fato de que o estado, para cada R\$ 3,00 que arrecada, isenta R\$ 1,00, o que dá um montante de recursos suficientes para resolver um conjunto grande de problemas sociais catarinenses nas áreas de segurança, saúde e educação. Felizmente - e tenho manifestado essa posição com bastante clareza -, nesse período em que estamos aqui como deputado, votamos contra as isenções fiscais criadas.

Quero fazer referência também a uma notícia que li na manhã de hoje sobre a decisão tomada no dia de ontem de não mais ceder à Alesc o Colégio Celso Ramos, que fica ao lado deste Parlamento. Felizmente, o referido prédio será transformado em um centro de educação infantil, mais comumente chamado de creche, por decisão do governo do estado, do presidente da Assembleia, deputado Gelson Merísio, e da secretaria municipal de Educação de Florianópolis.

É aquilo que vínhamos manifestando: se há uma utilidade para a área da educação, que essa seja de fato a prioridade. A Educação, com certeza, tem que estar antes dos poderes na linha de prioridades. Então, se foi acertado assim, creio que está bom, que está feito da melhor forma possível. Esperamos que aquela escola seja adaptada para que possa atender à população no menor espaço de tempo possível. Reformas terão que ser feitas, mudanças, inclusive, no sistema viário, porque não existe outra forma de montar uma creche ao lado de duas vias rápidas de trânsito, a não ser fazendo uma mudança na própria estrutura do terreno do colégio, a fim de que os veículos dos pais que irão pegar ou deixar as crianças na escola possam transitar. Inclusive, pelo fato de que haverá crianças caminhando no terreno, é o caso de se pensar na construção de uma passarela. Porque se haverá uma creche ao lado de duas vias rápidas, é preciso haver uma estrutura que garanta a segurança das crianças e dos familiares que irão frequentar aquele ambiente.

Essa é mais uma decisão inteligente e digna de aplauso deste Poder Legislativo, da prefeitura municipal de Florianópolis, do governo do estado e das entidades sociais que estiveram nessa reunião discutindo o destino da escola. E cito aqui o padre Vilson Groh que, no sentido mais genuíno da palavra, é uma autoridade nas questões sociais na região da Grande Florianópolis.

Quero fazer referência, ainda neste minuto que me sobra, à reclamação justa da cidade de Blumenau por haver recebido apenas um novo policial civil, do total de 202 formandos. Gostaria de dizer que na Polícia Militar, como já registrei, teremos mais 466 soldados nos próximos meses e anuncia-se outros 500 ainda este ano e mais 80 para cada região.

Isso não resolverá o problema da segurança pública, porque são necessários mais policiais, mas teremos bem mais de mil neste ano de 2011, o que aliviará a situação dos comandos quanto à falta de efetivo para trabalhar e prestar segurança para a sociedade.

Estivemos ontem, durante o dia inteiro, em Chapecó e à noite, em Campos Novos. E conversando com policiais e bombeiros, lideranças políticas e sociais, a pauta foi segurança pública. Em todos os lugares por onde passamos houve muito debate com relação a isso. Em todo local aonde vamos, com qualquer pessoa que conversamos, o assunto é esse - e dialogamos

não só com os profissionais da Segurança Pública. Eles estão muito preocupados e desesperados, até pelo pouco efetivo que têm e também pela questão de salário, da carreira, da anistia que está demorando a vir.

Portanto, esse foi o tema na Câmara Municipal de Campos Novos, ontem à noite. Setores da sociedade estiveram debatendo segurança pública, preocupados com...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, registro, com muita satisfação, a presença do secretário regional de Mafra, Wellington Roberto Bieleck, e dos vereadores de São Bento do Sul: Antônio Joaquim Tomazini Filho, ex-presidente da Câmara Municipal, e Josias Terres.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Nós também agradecemos a presença do secretário Wellington Roberto Bieleck e dos vereadores Antônio Joaquim Tomazini Filho e Josias Terres.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Boa-tarde, sr. presidente, deputado Antônio Aguiar!

Gostaria, neste momento, de chamar a atenção de todos os srs. deputados para a grave crise que vem acontecendo na nossa agricultura, especificamente no setor de arroz do estado, crise esta que vai alcançar a receita e o comércio de pequenas cidades e vai mexer com a vida de muitos catarinenses.

O estado de Santa Catarina representa, hoje, no contexto nacional, 9% da produção do arroz. Produz, aproximadamente, um milhão de toneladas de arroz. São 150 mil hectares cultivados, envolvendo 13 mil famílias em todo estado de Santa Catarina, segundo dados do IBGE.

O fato é que a queda excessiva no preço do arroz vem descapitalizando, ao longo do tempo, de forma desesperadora, todos os produtores e as cidades nas quais o arroz é o carro-chefe da economia. Diante dessa realidade e da preocupação e ansiedade crescentes entre os agricultores, foram realizadas várias reuniões para debater o assunto, mas até agora as suas reivindicações não foram atendidas.

Os produtores de arroz de Santa Catarina reivindicam junto ao governo federal que seja pago, pelo menos, o custo de produção da saca de arroz, deputado Altair Guidi, que está em torno de R\$ 30,00. Na verdade, o produto vem sendo comercializado por apenas R\$ 21,00, quando o preço mínimo estabelecido pelo governo federal é de R\$ 25,80 a saca. Isso gera um déficit de R\$ 4,00 para chegar ao preço mínimo, e de R\$ 8,00 para cobrir o custo de produção dos agricultores, o que gerou uma grave crise em todo o setor.

Além disso, toda a agricultura brasileira, e também a catarinense, é financiada. No final de abril, começo de maio

encerrará a colheita e começarão a vencer os financiamentos de custeio e de investimento dos rizicultores. E aí a pressão dos bancos, da sociedade e do próprio agricultor, uma pessoa séria e digna que quer honrar os seus compromissos, vai fazer com que ele seja obrigado a colocar no mercado a sua produção para honrar os seus financiamentos. Com isso teremos mais de 60% da produção de arroz de Santa Catarina sendo vendida a preço de mercado. Estima-se que o preço possa cair abaixo de R\$ 17,00 a saca.

Podemos ainda acrescentar a toda essa crise a importação de arroz do Mercosul. Cerca de 100 mil toneladas de arroz produzidos na Argentina, Uruguai e Paraguai entram todos os meses no Brasil, sabe-se lá em que condições. Sabemos que o custo de produção deles é bem mais baixo e que sobre o produto não incide nenhum imposto, o que faz com que o produtor desses países possa vender seu produto em Santa Catarina a R\$ 20,00 a saca e ter lucro, enquanto o produtor brasileiro, se vender a menos de R\$ 29,00, terá prejuízo. Isso tudo tem contribuído ainda mais para a queda do preço do grão.

Esses agricultores, pais e mães de família que lutam, deputado Sílvio Dreveck, de sol a sol para ver um resultado positivo do seu trabalho, já tiveram prejuízos em função das mudanças climáticas nas safras de 2008, 2009 e 2010. E agora, quando conseguiram uma boa safra em Santa Catarina, o mercado os penaliza, causando prejuízos na ordem de R\$ 600 milhões.

Srs. parlamentares, é inegável o esforço que o ministério da Agricultura tem feito. Reconhecemos isso. Mas é preciso muito mais para resolver essa situação. Reconhecemos e agradecemos a liberação dos valores do PEP. Santa Catarina exportou, nos últimos meses, cerca de 100 mil toneladas de grãos. Temos um programa de escoamento da produção em que o governo incentiva com cerca de R\$ 3,00 ou R\$ 4,00 a saca, agora chegando a R\$ 5,00. Mas é preciso aumentar, porque para levar esse arroz para outras regiões as nossas cooperativas e as nossas empresas precisam ter um valor maior de Prêmio de Escoamento da Produção - PEP.

Os leilões que ocorrem a cada 15 dias precisam ser semanais. É importante, deputado Darci de Matos, que o governo acelere a execução da AGF - Aquisição do Governo Federal -, para ajudar na estocagem do arroz no valor do preço mínimo, para que os agricultores possam, já no mês de maio, pagar suas dívidas.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado José Milton Scheffer, sei que v.exa. tem uma história, uma vida dedicada à agricultura de Santa Catarina como engenheiro agrônomo, por isso quero parabenizá-lo pelo pronunciamento em que apresenta pleitos dos agricultores do nosso estado, porque realmente a política agrícola do governo federal está deixando a desejar, principalmente no que diz respeito aos rizicultores do estado. É um absurdo os rizicultores venderem a saca de arroz durante quatro anos ao preço de R\$ 36,00, e agora venderem a R\$ 20,00, abaixo do custo de produção. Não é possível sobreviver assim, eles estão à beira da falência, e o governo federal deve uma resposta aos rizicultores do nosso estado e do Brasil. Parabéns, deputado!

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Cedo um aparte ao deputado da minha região, grande lutador em favor dos plantadores de arroz, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado José Milton Scheffer pela grande preocupação com o preço da saca de arroz, que está chegando ao preço inaceitável de R\$ 20,00, até mesmo R\$ 19,00, porque os engenheiros não estão querendo respeitar o preço mínimo, taxado em R\$ 25,00 a saca.

Há um desespero total não só em Santa Catarina, mas em todo o país. E se não atacarmos a situação com uma ação rápida, evidentemente vamos matar a galinha dos ovos de ouro, que são as pessoas que produzem as riquezas do país.

Por isso, quero cumprimentar v.exa. e dizer que no dia 20 de abril estaremos na cidade de Turvo para, com garra e determinação, rumar aos ministérios da Agricultura e da Fazenda, a fim de achar um caminho para salvar os produtores de arroz de Santa Catarina e do Brasil.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado, deputado Manoel Mota, v.exa. que conhece muito bem essa realidade.

Por fim, sr. presidente e srs. deputados, é necessário que a Conab credencie mais armazéns, abra espaços para que os agricultores possam depositar a produção. E aproveite a oportunidade para dizer que às vezes é muito comum percorrermos municípios e vemos nos olhos dos agricultores o desânimo e o desespero. Enche-nos de pesar e de tristeza ver no rosto judiado desses bravos lutadores, que tanto contribuíram e continuam contribuindo para a estabilidade econômica do Brasil, a marca da indecisão, pois não sabem se ligam as máquinas para colher o arroz ou se abandonam a produção para não aumentar o seu prejuízo.

Gostaríamos também de reivindicar ao governo federal um aumento dos recursos para a comercialização do arroz e reforçar o pleito da Fetaesc, da Faesc, das cooperativas, para que o governo do estado isente, pelo menos por um período, o ICMS da produção de arroz, assim como foi feito com os automóveis, evitando a crise. Queremos agora que o mesmo governo olhe para o agricultor, para que os engenheiros de Santa Catarina compreem o nosso arroz e não de outros estados, ajudando a escoar a produção e evitando a crise que sacrificará muitas e muitas famílias.

Por último, gostaria de convidar todos para participar de uma audiência pública que estamos fazendo com os sindicatos e as cooperativas, no dia 28 de abril, em Turvo, para...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, sras. parlamentares e srs. parlamentares, público que nos acompanha, gostaria, nesta tarde, de dividir o meu pronunciamento em dois momentos.

Primeiramente, quero demonstrar a minha gratidão, a minha satisfação, pois na última segunda-feira os deputados Ismael dos Santos, Aldo Schneider, Ana Paula Lima e este deputado acompanharam o secretário de estado da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, em visita às unidades hospitalares dos municípios de Gaspar, Blumenau e Pomerode, ouvindo algumas entidades que foram até a SDR de Blumenau para conversar, expor o seu dilema, o seu problema.

Srs. deputados, tanto os hospitais de Gaspar, de Pomerode e de Luis Alves, o Hospital Beatriz Ramos, de Indaial, quanto os Hospitais Santo Antônio, Santa Isabel e Misericórdia, de Blumenau, demonstraram muita maturidade no processo administrativo. Todos demonstraram pleno conhecimento, deputado Jorge Teixeira, sobre todo procedimento médico que é feito e qual a função e o papel do hospital na região.

Eles também demonstraram a importância de começarmos a trabalhar a vocação de cada unidade hospitalar, no sentido de deixar claro que o hospital tem um papel determinado na sociedade e que não pode concorrer com outro hospital. Mas para que isso funcione, para que o hospital seja autossustentável, houve um pedido generalizado de todos os profissionais no sentido de que a tabela do SUS seja realmente melhorada.

A tabela do SUS remunera muito mal, e os hospitais, com os recursos que recebem do SUS, não têm como manter as portas abertas atendendo somente pelo Sistema Único de Saúde, o que é muito ruim para o povo mais humilde de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Sua intervenção é preciosa para este momento, já que o grande debate em Santa Catarina é segurança pública e saúde. Acompanhando o secretário Dalmo Claro de Oliveira, juntamente com v.exa., na última segunda-feira, de fato sentimos um pouco a angústia desses cinco ou seis hospitais visitados. Chamaram-me atenção duas coisas: a determinação do secretário em, de fato, orientar os hospitais para que foquem na sua vocação; e a necessidade de fazer pressão, como parlamentares da Assembleia Legislativa, cobrando da Câmara Federal a alteração da tabela do SUS.

Eu, inclusive, anotei alguns valores compartilhados conosco pelo secretário da Saúde: para fazer uma órtese traqueal o médico recebe R\$ 145,00; no caso de um implante de lente intraocular, são R\$ 100,00, com toda responsabilidade que o médico tem; para fazer um exame de colonoscopia o médico não recebe nada; para fazer uma vasectomia, recebe R\$ 173,00, e olha que é uma enorme responsabilidade; e uma anestesia para cesariana em gestação de alto risco vale R\$ 96,00.

Então, é necessário que se mude essa perspectiva, esse viés e que o governo federal olhe com carinho a questão da tabela do SUS.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - É verdade, deputado Ismael dos Santos, realmente não somente o profissional recebe muito pouco pelos procedimentos, mas toda a unidade hospitalar recebe pouco, e o governo federal tem que reajustar a tabela do SUS, que já está um grande período sem reajuste. Não existe possibilidade de fazer saúde de

qualidade para as pessoas que mais precisam se não houver uma remuneração adequada. O secretário observou isso de forma muito clara, daí a sua preocupação em exigir do governo federal a alteração da tabela SUS.

É importante que todos os deputados estaduais e federais ajudem no processo de trabalhar a vocação dos hospitais, de fazer com que eles trabalhem de forma complementar, permitindo que, por exemplo, o Hospital Santo Antônio, trabalhe de forma especializada em oncologia, que o Hospital Santa Isabel trabalhe na questão de transplantes, que a Furb trabalhe a ortopedia, ou seja, cada hospital fazendo um pedacinho do processo. E aí, com cada hospital fazendo a sua parte bem especializada, com qualidade, gerando retorno para a instituição, tudo funciona, porque querendo ou não, por mais difícil que seja falar isso, se um hospital não consegue equilibrar as suas contas, não vai atender bem ao povo e não vai manter suas portas abertas. Para que um hospital preste um serviço de qualidade, deve ter suas contas equilibradas e tem que se inserir num sistema regional que permita com que todo o sistema cresça de forma conjunta.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, deputado!

Parabéns pelo seu pronunciamento, pela preocupação com as condições de saúde dos hospitais públicos de Santa Catarina. Nós estamos esperançosos com o governo Raimundo Colombo, porque a saúde se constitui na prioridade absoluta do seu governo, e também com o secretário da Saúde, dr. Dalmo Claro de Oliveira, médico experiente na área.

Precisamos, deputado Jean Kuhlmann, fazer com que o estado ofereça para os catarinenses serviços, consultas especializadas, cirurgias e exames. Sem dúvida alguma, o ministério da Saúde precisa corrigir a tabela do SUS. Não é possível, não é racional que um médico receba apenas R\$ 11,00 por uma consulta! Isso não é certo, não podemos aceitar.

Concluo, deputado Jean Kuhlmann, dizendo que gosto muito da ideia de passar a gestão de alguns hospitais públicos para organizações sociais, porque o Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria, de Joinville, tem a gestão de uma OS e funciona excepcionalmente bem.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - É uma forma de administrar, deputado Darci de Matos, que, com certeza, busca a eficiência, o comprometimento da sociedade, mas temos que ter, e quero parabenizar o secretário Dalmo Claro de Oliveira, o comprometimento da secretaria da Saúde. Tenho certeza de que ele tem esse compromisso e eu, em conjunto com o deputado Ismael dos Santos e com os demais deputados da nossa região, trabalharemos para garantir recursos públicos.

Quero assumir um compromisso, de forma muito carinhosa, com todos os hospitais onde estivemos na última segunda-feira, mas algumas questões são pontuais, como, por exemplo, as novas 20 unidades de UTI do Hospital Santa Isabel, que são fundamentais não apenas para o hospital, mas para todo sistema catarinense.

Quanto ao Hospital Santo Antônio, queremos aperfeiçoamento, especialização, equipamentos e espaço físico, para poder,

definitivamente, credenciá-lo em oncologia, que é algo extremamente importante para a região. Enfim, temos que trabalhar para que o hospital da Furb garanta a complementação do Hospital Misericórdia, da Vila Itoupava, e também do Hospital Beatriz Ramos, que não tem um centro cirúrgico decente.

Temos ainda a manutenção definitiva do hospital de Gaspar, e aí pode, sim, surgir uma parceria entre o Hospital Santo Antônio e a comunidade de Gaspar, no sentido de criar uma alternativa para que os dois trabalhem de forma complementar, unidos, prestando um serviço decente para a comunidade daquela região. Temos o hospital de Pomerode, que precisa de um centro cirúrgico, e o Hospital Oase, que necessita de leitos adequados.

Essas são as lutas que vamos ter que comprar com o secretário da Saúde e com o governador Raimundo Colombo, porque tenho certeza do seu compromisso com a nossa região, com Santa Catarina, já que, independentemente de qualquer coisa, temos que fazer com que a saúde atenda ao povo mais humilde deste estado, ao cidadão que mais precisa, porque quem tem dinheiro, quem tem capacidade financeira, vai para a Unimed ou banca particularmente. Agora, quem não tem dinheiro, quem é trabalhador, este, sim, é que precisa do SUS, este, sim, é que precisa das entidades filantrópicas e do governo. E é para essas pessoas que temos que trabalhar e buscar uma estrutura mínima na rede hospitalar catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sras. deputadas, srs. deputados, hoje é um dia de comemoração neste Parlamento, porque estão de aniversário as deputadas Ada De Luca, Ana Paula Lima e também o nosso glorioso e antigo MDB, pelos seus 45 anos, esse partidão que tem feito tanta história em nosso estado.

(Passa a ler.)

"A bancada estadual do PMDB festejará hoje, às 16h, na sala de imprensa da Assembleia Legislativa, os 45 anos da eleição do primeiro gabinete executivo do partido em Santa Catarina. A confraternização se justifica, pois foi nesta Casa que ocorreu a escolha dos primeiros dirigentes, em 23 de abril de 1966. Desde então, a bancada construiu a mais longa trajetória de um partido político no cenário estadual, sempre defendendo os princípios democráticos da representação popular em favor da sociedade catarinense.

O partido tem a força de uma grande militância, com 156 mil filiados em Santa Catarina, sendo o único com diretórios atuantes nos 293 municípios. Conta com 844 vereadores, 113 prefeitos e 80 vice-prefeitos. No Congresso Nacional tem cinco deputados federais e os senadores Luiz Henrique e Casildo Maldaner. No Parlamento catarinense também é a maior bancada, com 11 deputados.

Temos história, grandes conquistas e muitos motivos para rememorar a trajetória do antigo MDB, atual PMDB. Na nossa trajetória

temos a redemocratização do país e nunca nos afastamos dos nossos princípios democráticos."

Estamos aqui hoje para relembra a história do antigo MDB, dr. Saulo Vieira, v.sa. que é um dos fundadores do MDB de Santa Catarina. Nosso partido foi construído com trabalho, com sofrimento, com luta, suor, sangue, lágrimas e mortes. O PMDB passou por muitos obstáculos, superou-os e hoje vivencia um grande momento. Já elegeu vários governos em Santa Catarina, sempre contando com a força extraordinária da população.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Com muita honra, ouço o eminente deputado Antônio Aguiar e, logo em seguida, o deputado Edison Andrino que, com certeza, dará a sua contribuição para essa grande comemoração dos 45 anos do PMDB em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaríamos de saudar v.exa., deputado Manoel Mota, que traz com categoria essa comemoração na pessoa do dr. Saulo Vieira, presente nesta sessão.

Gostaríamos de saudar todos os peemedebistas históricos que há 45 anos militam no estado de Santa Catarina, fazendo com que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro se torne cada vez mais pujante.

Em nome do presidente João Matos e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira homenageamos o PMDB e todos os peemedebistas do estado de Santa Catarina, pois temos orgulho da nossa história.

Obrigado, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer o seu aparte e incorporá-lo ao meu pronunciamento.

Sr. presidente, o vice-governador Eduardo Pinho Moreira não está aqui porque está viajando e o nosso presidente em exercício, João Matos, com certeza comparecerá.

Eu me lembro do tempo, deputado Edison Andrino, em que subimos os morros da capital na primeira eleição democrática para prefeito de Florianópolis. Fiz parte de um trabalho extraordinário que elegeu Edison Andrino prefeito com uma grande votação. Hoje, como parlamentar, v.exa. faz parte de toda essa história.

O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Com muita honra, ouço o deputado Edison Andrino.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Deputado Manoel Mota, primeiramente quero cumprimentar v.exa. por falar no PMDB de Santa Catarina. Comecei a fazer política exatamente no mesmo ano em que o partido foi criado, ou seja, em 1966, quando disputei a primeira eleição da minha vida e fui eleito vereador. Isso há 45 anos!

Mas gostaria de fazer referência à figura de Saulo Vieira, que foi um dos fundadores do MDB em 1966, representando uma série de figuras importantes na história do meu partido.

Gostaria ainda de lembrar, por uma questão de justiça: Germano Amorim, Murilo Magno Vieira, irmão do nosso deputado Marcos Vieira, fundador do MDB em Florianópolis; Aloísio Acácio Piazza, deputado estadual, presidente da Constituinte, ex-prefeito e ex-

vereador na capital; Amaury Cabral Neves; Fausto Brasil, um dos fundadores também do MDB e que foi deputado estadual; Pedro Medeiros, vereador e meu companheiro como vice-prefeito de Florianópolis.

Quero fazer um cumprimento muito especial e levar uma mensagem de boa saúde a uma das grandes figuras históricas do PMDB, Dejandir Dalpasquale, primeiro prefeito eleito do MDB de Santa Catarina. Hoje se encontra acamado, mas, se Deus quiser, logo se recuperará.

Mando um abraço também a Lauro Brito, ex-prefeito de Tijucas, um dos primeiros prefeitos da região da Grande Florianópolis do nosso partido, deputado estadual e presidente do PMDB de Santa Catarina.

Quero ainda lembrar com saudade do nosso companheiro Pedro Ivo Campos, ex-governador do estado; de Jaison Barreto; de Nelson Wedekin; de Roberto Motta; de Iraí Zílio, lá de Joaçaba, que foi um grande deputado desta Casa; de Cid Pedrosa; de Anita Pires; de Zuleika Lenzi e de Maria Shirley Donato, ex-senadora.

A todas essas pessoas queremos mandar a nossa saudação, em nome da figura de Saulo Vieira, que sempre representou o partido como histórico, como fundador, como cabeça pensante, como o homem que organizava as eleições sem nunca disputar um pleito. Em alguns governos ele foi até primeiro-ministro e por isso é uma figura importante.

Um abraço também a César Barros Pinto, que é um companheiro que, como Saulo Vieira, nunca disputou uma eleição, mas sempre fez os programas de governo ajudando o partido.

Por fim, quero cumprimentar v.exa. e relembra Ulysses Guimarães, que foi um dos responsáveis por isso tudo, pois o MDB cumpriu a sua obrigação primeira que era redemocratizar o Brasil. Se hoje temos democracia deve-se muito também a todos esses companheiros valorosos que fizeram o nosso partido.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o aparte de v.exa., deputado.

Quero dizer que todas essas pessoas que v.exa. citou, algumas que já se foram, outras que ainda estão conosco, além daquelas que desapareceram e das quais não se tem notícias, ajudaram a construir essa linda história do nosso partido, o MDB, atual PMDB.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não, deputada, pois v.exa., seu marido e seu pai fazem parte da história do nosso partido, de tempos muito difíceis, que tivemos coragem de superar para hoje comemorar seus 45 anos.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado, parabéns pelo seu pronunciamento.

Realmente, não poderíamos deixar esta data passar em branco, porque há exatamente 45 anos a democracia começava a engatinhar. Hoje podemos dizer que vivemos numa democracia graças aos combativos líderes do nosso estado. Vale dizer também que hoje não teríamos lideranças, deputados e senadores, se não fossem aqueles que morreram, os que foram cassados, os que foram presos, todos que combateram a ditadura, se não fosse a nossa militância aguerrida, corajosa, que enfrentou baionetas, que se escondeu na calada da noite, na hora das filiações.

Faço parte dessa época, participei de muitas noites - e v.exa. esteve conosco lá no sul -, em que saíamos na madrugada para filiar os companheiros. Nunca devemos esquecer essa bandeira, porque um país e um partido que não têm história não sobrevivem.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer a toda a nossa bancada, a todos os líderes, na pessoa de Saulo Vieira.

O PMDB emprestou grandes figuras para que fossem formados partidos como o PT, o PSDB e o PDT. Por isso, convidamos todos os partidos para comemorar, com bolo, na sala de imprensa, os 45 anos do PMDB!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Quero parabenizar todos os companheiros do PMDB, partido no qual estou até hoje. Foram citados muitos fundadores do PMDB, mas quero também registrar o nome do fundador do MDB em Concorórdia, o ex-deputado Carlos Büschle, um dos primeiros deputados estaduais eleitos pelo MDB.

A história do nosso partido é uma história de glórias, de luta em prol da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional n. 0001/2007, de autoria da liderança do PP, que acrescenta os arts. 120-A e 120-B à Constituição do Estado de Santa Catarina (PPA, LDO e Orçamento Estadual).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0021/2011, de origem do Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre a ampliação da área de abrangência da Escrivania de Paz do distrito de Itoupava, município e comarca de Blumenau, e a transferência de sua sede do distrito de Vila Itoupava para o de Itoupava Central.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0023/2011, de origem do Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial na comarca de Descanso e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0024/2011, de origem do Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre a doação do imóvel que especifica e adota outras providências (São Bento do Sul).

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0049/2011, de autoria do deputado Renato Hinnig, que declara de utilidade pública o Instituto Cultural Grünewald de Desenvolvimento e Fomento do Terceiro Setor, com sede e foro no município de Porto União.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira o discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0060/2011, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 12.413, de 2002, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário da Daniela (nova denominação - Conselho Comunitário Pontal do Jurerê).

Conta com parecer favorável da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0075/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Associação de Reintegração Social - ARS -, de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0402/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que declara de utilidade pública a Associação Orquestra Sinfônica Músicos Voluntários de Lages, com sede no município de Lages.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0018/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que institui o Dia Estadual da Pastoral da Criança.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência consulta os srs. líderes para saber se é possível a sessão da próxima quarta-feira ser realizada no período da manhã em função de alguns deputados terem que viajar no período da tarde.

(As lideranças aquiescem.)

A sessão, então, será convocada para amanhã, às 9h, sem prejuízo do trabalho das comissões. Enquanto houver o pequeno expediente, os srs. deputados poderão deliberar normalmente até o início da Ordem do Dia.

Os vetos também serão deliberados amanhã pela manhã. Não há hoje, portanto, a necessidade de votarmos os vetos. As demais matérias que constam na pauta da Ordem do Dia de hoje também serão deliberadas amanhã pela manhã.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, apenas quero lembrar aos integrantes da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas que a nossa reunião foi agendada para as 16h30 na sala da imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, aqueles que nos visitam no dia de hoje e os que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc

Digital, trazemos a nossa agenda do dia de ontem, quando percorremos a região oeste catarinense participando de duas audiências públicas requeridas pelo deputado Mauro de Nadal e pela deputada Luciane Carminatti, cujo tema central foi a Educação.

Além disso, estivemos em alguns municípios, como Campo Erê e Dionísio Cerqueira, debatendo a questão do Código Florestal Brasileiro e do Código Ambiental de Santa Catarina com os agricultores familiares.

Numa conversa com o secretário executivo do ministério das Relações Institucionais, ex-deputado federal Cláudio Vignatti, ele nos relatou o compromisso do governo de, nessa terça-feira, consolidar uma proposta para dialogar com os deputados e deputadas da Câmara Federal. Estamos com uma expectativa muito positiva para que se consiga sair desse debate com propostas concretas destinadas a combinar a preservação ambiental com o processo produtivo, principalmente a produção agrícola.

Sobre as audiências públicas, quero destacar a minha participação, pois fiz todo o esforço para estar em Palmitos numa audiência promovida pela comissão de Educação, Cultura e Desporto e debater sobre a polêmica de retirar daquele município o curso de Enfermagem da Udesc. Infelizmente, o que ficou claro ontem é que na época, deputado Dóia Guglielmi, em que foi instalada a Udesc naquele município, talvez não tenha sido avaliado suficientemente se aquela região comportaria um curso de Enfermagem, pela estrutura que o curso precisa, ou seja, hospital com medicina de alta complexidade, que é uma exigência do próprio MEC.

Talvez esse tenha sido o erro, mas agora não podem retirar de lá o curso. Esta é a nossa posição: vamos brigar junto com a comunidade de Palmitos e com os oito municípios da regional porque não se pode brincar com a comunidade. Entendemos que é preciso ampliar os cursos em Palmitos, levar outros, porque existe lá uma bela estrutura construída com dinheiro público, existem lá cinco hectares doados pelo município para instalar a universidade, há um belo prédio que precisa ser ampliado, que precisa de mais investimentos.

Então, a nossa posição na audiência pública e para a sociedade catarinense é clara: houve investimentos, houve a decisão política à época de lá instalar o curso de Enfermagem, agora ele deve permanecer em Palmitos, respeitando a comunidade regional, respeitando as organizações, as associações comerciais, os sindicatos, as prefeituras da região, as Câmaras de Vereadores e também a imprensa.

A segunda audiência pública a que comparecemos aconteceu na noite de ontem, ocasião em acompanhamos a deputada Luciana Carminatti para discutir o futuro da nossa Universidade Federal da Fronteira Sul.

As lideranças do oeste catarinense têm-se mobilizado nesse último período para oferecer ensino superior gratuito à população da região. Um resultado dessa luta foi a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, fruto da articulação dos três estados do sul, da solidariedade entre as três regiões que ainda não tinham uma universidade federal. E faça-se o devido tributo ao ex-presidente Lula, que foi quem investiu maciçamente no ensino superior do país.

Temos também que implantar no grande oeste catarinense uma universidade estadual e não apenas alguns cursos. A região

merece uma universidade pública pela sua história, pelo que contribui com o estado na produção de alimentos, na geração de emprego e renda. É essa a nossa perspectiva de luta.

A audiência foi realizada no novo Instituto Federal de São Miguel d'Oeste, um belo prédio inaugurado há 30 dias. O governo federal fez um grande investimento, construindo uma bela estrutura para alojar o instituto naquele município.

Na época da criação da Universidade Federal da Fronteira Sul houve o seguinte acordo: o Rio Grande do Sul teria dois *campi*, o Paraná teria dois *campi* também e Santa Catarina teria a sede central da universidade. Além disso, após a instalação da UFFS discutir-se-ia a criação de mais dois *campi* na região de Concórdia. E esse foi o grande debate que ocorreu ontem à noite, ocasião em que percebemos que a comunidade está mobilizada, já existe uma organização regional em torno do tema.

Sr. presidente, houve ainda naquela audiência pública discussões com relação à localização do *campus*, se em Dionísio Cerqueira, Itapiranga ou São Miguel d'Oeste, mas a região tem clareza da necessidade de, neste momento, discutir primeiramente essa conquista.

Outro acordo construído na época, como disse, foi de que a região de Concórdia também seria prioritária pra instalação de um *campus* da universidade. Então, o que se pretende é construir mais dois *campi* da UFFS. É claro que existe o período de instalação da universidade e até o final do ano devem estar prontos os prédios que vão alojar o *campus* central, que fica em Chapecó, e os outros prédios da região sul, mas com certeza esse debate, essa mobilização da sociedade é importante, pois une a comunidade na luta para que no futuro tenhamos mais dois *campi* da Universidade Federal da Fronteira Sul neste estado.

Foi uma grande audiência pública, muito representativa. Estiveram presentes prefeitos, representantes de organizações da sociedade, lideranças políticas e empresariais, ou seja, toda a comunidade esteve muito bem representada lá em São Miguel d'Oeste.

Então, quero parabenizar a região pela grande mobilização, assim como os deputados que propõem audiências públicas visando a discutir e contribuir com a comunidade, colocando a Assembleia Legislativa à disposição da população.

Agradeço a toda a equipe da Casa que participou dessa audiência, valorizando, contribuindo com a região. Há o sentimento na região de que, por muito e muitos anos, ela foi abandonada pela política pública, mas agora grandes investimentos estão sendo feitos no oeste, no extremo oeste e no meio-oeste catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Declino, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a desistência do sr. deputado Sargento Amauri Soares, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL e que nos acompanha pela Rádio Alesc Digital, venho fazer um relatório sobre a viagem que fiz com os deputados Edison Andriano e Gilmar Knaesel, na quinta e sexta-feira próximas passadas, ao Uruguai, mais precisamente a Montevideu, onde participamos de reunião junto ao Mercosul e à Aladi.

Lá estivemos com o embaixador do Mercosul e autoridades do Brasil, do Uruguai, do Paraguai e da Argentina para discutir sobre o fundo criado para o desenvolvimento integrado desses países. O Brasil colabora com esse fundo em 75% e tem o retorno de 10%. O Paraguai é o que leva mais retorno, depois o Uruguai e a Argentina. Isso porque esse fundo foi criado para diminuir as desigualdades que existem nos países do Mercosul.

Eu e os deputados Gilmar Knaesel e Edison Andriano pudemos ver o importância do Parlasul e também do Mercosul. Estivemos com o embaixador e também com os técnicos e vimos que algumas soluções precisam ser tratadas e alguns projetos, se apresentados, podem trazer até recursos para o estado de Santa Catarina.

Por exemplo, o deputado Edison Andriano levou um projeto da Universidade Federal de Santa Catarina que trata do aquífero Guarani e que está diretamente relacionado aos países do cone sul. Eu também levei, até por sugestão dos nossos seguidores no *Twitter*, alguns assuntos e dentre eles uma questão que ainda não havia sido discutida no Mercosul, que é uma legislação relativa ao comércio de armas nos países membros.

No Brasil, por conta de toda aquela chacina que aconteceu no Realengo, começa-se novamente a discutir a questão do comércio de armas. Mas não adianta o Brasil pensar nisso, se não acontecer o mesmo na Argentina, no Uruguai e no Paraguai, porque não adianta proibir a venda de armas no Brasil, se for o caso, se nos outros países continuar esse comércio. É preciso pensar em leis que sejam parecidas para garantir que as nossas divisas não sejam utilizadas para o comércio ilegal ou para o tráfico de armas.

Levantamos também a questão dos diplomas. Muitas universidades formam tanto para o mercado interno como para os países do Mercosul ou vice-versa, mas ainda não há a necessária validação de diplomas. O embaixador nos falou, inclusive, da importância disso e que ele estaria sendo cobrado pelo Senado Federal no sentido de avançar nessa questão da validação dos diplomas universitários nos países do Mercosul.

Outro tema do qual tratamos foi a integração do turismo marítimo. Por que não pensar num turismo marítimo integrado? Santa Catarina recebeu em 2011 em torno de 110 navios com turistas e o Uruguai recebeu 190. Assim, foram ao Uruguai 80 navios a mais do que ao Brasil. Se houvesse um turismo integrado, se tivéssemos condições de maior acesso e infraestrutura a esse tipo de turismo, esses 80 navios a mais que foram ao Uruguai poderiam ter vindo para cá, deixando divisas nos estados brasileiros, principalmente em Santa Catarina.

Percebi, juntamente com os deputados Gilmar Knaesel e Edison Andriano, que se o governo, a universidade e algum órgão desenvolverem um projeto de turismo, com a construção de atracadores, até de atracadores móveis, há condições de buscar recursos do Focem - Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - para serem investidos aqui.

Deputados e catarinenses, no Focem, hoje, US\$ 238 milhões estão parados esperando por projetos nos quais possam ser investidos, seja na suinocultura, seja em qualquer outro tipo de atividade econômica!

Hoje, na reunião da bancada, quando recebemos a visita do secretário do Desenvolvimento Econômico Sustentável, deputado federal Paulo Bornhausen, eu lhe disse que ampliásse a sua visão no sentido de fazer com que a sua pasta chegue ao Mercosul, no sentido de viabilizar projetos através dos recursos do Focem, que com certeza trarão benefícios para este país e diretamente para este estado.

Fizemos ao embaixador um convite para que venha a Santa Catarina, principalmente nos dias em que a Unale - União dos Legisladores e Legislativos Estaduais - estiver realizando seu congresso em Florianópolis. Queremos, deputado Dóia Guglielmi, fazer um grande evento e vamos criar um espaço para que o embaixador do Mercosul possa fazer uma explanação melhor do trabalho do Mercosul e também do Focem, para empresas, núcleos, entidades, como a Fampesc e a Facisc, órgãos públicos estaduais, visando elaborar projetos que carrie os recursos desse fundo para o nosso país. Recursos existem, só precisa haver projetos! Recursos existem, mas precisa haver a contrapartida, que é de 15%. Agora, há US\$ 238 milhões no Focem, não vamos querer investir um pouco aqui? Não se fala que não existe dinheiro para investimento? Mas o que faltam são projetos!

Estive também em Brasília participando da Conferência Nacional de Defesa Civil, onde ouvimos vários técnicos da Alemanha, da Itália e de outros países, tanto da Europa como também da América do Sul, e todos falaram da importância do voluntariado na defesa civil. Imaginem que na Itália existem dois milhões de voluntários na defesa civil, deputado Silvío Dreveck! Ou seja, quando acontece alguma catástrofe, já há pessoal bem próximo começando todo o movimento de defesa civil.

Por isso protocolei nesta Casa um projeto de lei, que foi apensado a outro de autoria do presidente, deputado Gelson Merisio. Estamos trabalhando com a comissão de Defesa Civil para que possamos criar em Santa Catarina os grupos de defesa civil, ou seja, cidadãos comuns, líderes de bairros, que estarão preparados para, na hora do desastre, dar início ao processo de resgate e atendimento às vítimas antes mesmo que a Defesa Civil chegue ao local.

Queremos envolver, deputado Dirceu Dresch, as igrejas nesse processo. A minha ideia é que não se utilizem mais as escolas como abrigos para as pessoas que estão sofrendo os efeitos de alguma catástrofe, porque a escola tem um calendário que fica prejudicado. Então, que possamos utilizar as igrejas, pois, se observarmos, elas ficam em pontos estratégicos, altos, têm galpões, têm banheiro masculino e banheiro feminino. Por que não os padres e pastores abrirem as igrejas para abrigar as pessoas que estão sem moradia?

Estas são as ideias que a comissão de Defesa Civil está preparando para apresentar para Santa Catarina: a formação de agentes comunitários de defesa civil e o envolvimento das igrejas como pontos para receber desabrigados e desalojados durante tragédias.

Peço vênha a todos os deputados para que juntos possamos levantar essa bandeira e estar bem preparados na prevenção e na atuação durante as catástrofes com as quais, infelizmente, temos que conviver.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, quero aproveitar o pronunciamento do deputado Kennedy Nunes e no mesmo intuito fazer a nossa prestação de contas à Assembleia Legislativa, à opinião pública e à imprensa do roteiro que cumprimos na semana passada em Montevidéu.

Quero ressaltar, mais uma vez, a importância da União Parlamentar do Mercosul - UPM - na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Tivemos a oportunidade de estar com o presidente da Assembleia, que nos deu todas as condições para que a UPM fosse criada. E em vários momentos houve sempre uma bela representação desta Assembleia dentro dessa instituição, em cargos estratégicos, fazendo com que essa UPM pudesse ser atuante e desempenhar o seu papel.

Nessa viagem tivemos a companhia do deputado Edison Andrino e do ex-deputado Milton Sander, que representou o presidente Gelson Merisio. Tivemos a oportunidade de estar frente a frente com os técnicos que hoje representam o Brasil dentro do contexto do Mercosul, que nos colocaram todas as possibilidades de investimentos, de programas e de projetos que muitos de nós não conhecíamos, mas que são oportunidades que precisamos buscar.

Ao mesmo tempo, quero apresentar essa ideia no sentido de que o embaixador, que nos recepcionou tão bem na sua residência oficial e também no escritório de representação, possa fazer a defesa de alguns pontos. Um deles foi aqui levantado pelo deputado Kennedy Nunes e trata-se de uma proposta sua sobre o comércio ilegal de armas nos países que compõem o Mercosul. Somos países fronteiriços, temos dificuldades na fiscalização sobre esse comércio e é necessária uma atuação forte até na prevenção, para que não aconteçam mais, digamos assim, desastres nessa área, porque, muitas vezes, crimes são cometidos com o uso de armas adquiridas dentro do nosso próprio mercado.

O deputado Edison Andrino, e peço a vênha para falar em seu nome, levantou dois problemas importantes a serem tratados dentro de uma linha de atuação. Um deles é a questão do aquífero Guarani, que não é somente de Santa Catarina, mas do Paraná, do Rio Grande do Sul, do Paraguai, do Uruguai e também da Argentina, pois é o maior reservatório de água potável do mundo, mas que já apresenta alguns pontos de contaminação, decorrentes, éncaro, da falta de fiscalização, de acompanhamento. E através da Universidade Federal de Santa Catarina, o deputado Edison Andrino está fazendo um trabalho, digamos assim, de mobilização no sentido de termos esse assunto bem presente e de apresentarmos, quem sabe, uma parceria em projetos de financiamento para que se possa trabalhar essa grande reserva de água potável.

Deputado Edison Andrino, permita já adiantar outro assunto, sobre o qual v.ex.a., com certeza, depois irá falar, ou seja, a possibilidade de criarmos um grande evento cultural do Mercosul em Florianópolis. E peço que v.ex.a. possa até discorrer um pouco melhor sobre isso.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que traz a esta Casa sobre o que fomos fazer no Uruguai na reunião do Mercosul.

Lá fizemos também, deputado Gilmar Knaesel, um convite ao embaixador do Brasil no Mercosul, o dr. Régis, para vir a Florianópolis, no final do mês de maio, onde pretendemos, juntamente com a comissão do Mercosul e a UPM, fazer um encontro com a Fiesc para esclarecer as questões econômicas, alfandegárias, ou seja, tudo aquilo que envolve o Brasil e os países do Mercosul.

Quero também fazer esse pedido específico a v.ex.a., como ex-secretário de Esporte, Cultura e Turismo, para que nos ajude nesse grande evento, no sentido de fazermos, em Florianópolis, que é tida como a capital do Mercosul, um festival cultural do Mercosul, envolvendo setores da cultura, artes plásticas, música e literatura.

Inclusive já comunicamos isso ao secretário Cesar Souza Júnior, que também ficou encantado com a proposta, no sentido de viabilizarmos esse encontro importante para a capital dos catarinenses.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, deputado Edison Andrino.

Ainda dentro da linha de propostas muito interessantes, muito importantes - estávamos também acompanhados dos deputados do Rio Grande do Sul, do Amazonas e de Minas Gerais -, temos a questão do arroz importado do Uruguai para Santa Catarina e para o Rio Grande do Sul. Na verdade, é um arroz que vem dos países asiáticos, importado via Uruguai, reexportado para o Brasil sem um grande controle, principalmente sobre as questões de herbicidas utilizados nas plantações que aqui são proibidos, pois causam danos à saúde. Mas o mais grave é o fato de não termos controle sobre o preço praticado, o que inviabilizou o nosso estado, especialmente o sul catarinense, a região de Araranguá, que o deputado Dóia Guglielmi conhece tão bem, e o Rio Grande do Sul, com a agricultura do arroz, fazendo com que milhares de produtores abandonem essa atividade econômica. É inviável produzir por R\$ 27,00 a saca e ter que vendê-la por R\$ 19,00, que é o preço praticado, hoje, em função desse arroz que está vindo do Uruguai, que não possui controle sobre isso.

Então, uma das grandes deficiências que temos em nível de Brasil é o fato de não termos controle em nossas fronteiras, assunto esse que foi levantado com muita propriedade. Por isso queremos encontrar mecanismos de defesa ao nosso agricultor, no sentido de esses produtos entrarem aqui com qualidade.

O deputado Edison Andrino coloca uma questão chave, digamos assim, dentro desse processo, fazendo um convite oficial ao nosso embaixador, que não conhece ainda Florianópolis, Santa Catarina, colocando-se à disposição para que no final do mês de maio, mês em que ele virá ao Brasil para fazer uma visita oficial ao nosso estado, via Assembleia Legislativa, através da comissão do Mercosul, a fim de nos integramos também com o Poder Executivo, especialmente com a secretaria do Desenvolvimento Econômico, a fim de alinhar as nossas ideias, os nossos setores, para que juntos possamos sair fortalecidos desse processo.

Quero aproveitar esses últimos minutos para cumprimentar o PMDB pelos 45 anos de existência no Brasil e em Santa

Catarina, fato que está sendo comemorado neste momento, nesta Casa. É um partido democrático, histórico, que cumpriu e cumpre o seu papel, e nós, do PSDB, em nome, tenho certeza, de toda a nossa bancada, deputados Maurício Eskudlark, Dóia Guglielmi, Dado Cherem, Marcos Vieira e Nilson Gonçalves, queremos cumprimentá-lo todos os peemedebistas.

O PMDB é um partido com o qual o PSDB possui grande afinidade. Grandes lideranças do PSDB já militaram no PMDB nacional, em outros estados. Portanto, é um partido coirmão do PSDB e queremos cumprimentar as lideranças, desejando que tenha continuidade, muito sucesso nos seus compromissos e projetos.

No mais, sr. presidente, quero agradecer mais uma vez e dizer que entendemos que essas missões parlamentares, claro que dentro de um roteiro, dentro de uma exposição de motivos, são muito importantes, acima de tudo, porque trazem resultados práticos não somente à Assembleia Legislativa e aos parlamentares como a todo o estado de Santa Catarina.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, apenas quero justificar a mudança de horário da realização da reunião da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, que seria às 16h30. Em decorrência da festa dos 45 anos do PMDB, na sala de imprensa, nós a transferimos para amanhã, às 9h30.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Está feito o registro, deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham nesta sessão, inclusive na comemoração dos 45 anos do PMDB, e pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

O assunto predominante na sessão de hoje é a questão da segurança pública e da distribuição dos novos policiais formados pela Academia de Polícia Civil de Santa Catarina.

Participei e tive a oportunidade de representar, ontem, a Assembleia Legislativa na solenidade de formatura dos novos policiais, ocasião em que foi feito um discurso muito bonito pelo novo delegado de polícia, Moretto, filho do ex-delegado-geral da Polícia Civil, dr. Evaldo Moretto, lageano, pessoa com muita história na nossa instituição. E o discurso do paraninfo da turma versou sobre um grande problema que a sociedade enfrenta, que é a questão das drogas, do tráfico, em razão, especialmente, da corrupção e dos problemas sociais que acentuam a criminalidade.

Quero parabenizar os 202 novos policiais, seus familiares e as pessoas vindas de outros estados que vão passar a viver em Santa Catarina.

Temos grandes exemplos de policiais que vieram de outros estados para cá para fazer concurso e passaram e que aqui vivem e desenvolvem suas atividades com muito

orgulho. Por isso a Polícia Civil de Santa Catarina é a melhor do Brasil. Temos aqui a melhor academia de polícia, a melhor estrutura; temos o ex-secretário da Segurança, André Mendes da Silveira, que foi também diretor da Academia da Polícia Civil, que fez grandes mudanças; e temos agora Rodrigo Raiser Schneider, atual diretor, responsável pela conclusão desse curso que está formando os remanescentes do concurso público de 2008, que foi o maior concurso da história da Polícia Civil.

Eu não sabia, quando estava na chefia da Polícia Civil, se a questão era ter para distribuir ou não ter, porque muitas vezes o número é pequeno. Mas ante o apelo das lideranças, da deputada Ana Paula Lima, de Blumenau, do deputado Ismael dos Santos, que é um defensor da segurança pública, do bem-estar das pessoas, do combate às drogas, do líder de Blumenau, deputado Jean Kuhlmann, entendo que, pelo colega e delegado-geral Aldo Pinheiro D'Ávila é importante que haja um reestudo da situação, que haja critérios técnicos - e se for analisado por critérios técnicos, Blumenau terá que receber um efetivo muito maior - e também critérios para ouvir as lideranças políticas, porque, como disse, quando um político fala, ele está representando a comunidade, está dando voz aos reclamos da população.

Eu lembro que quando era ainda delegado-geral da Polícia Civil, com a última turma nomeada foi necessário fazer remanejamentos. Isso ocorre muito, porque às vezes as pessoas acham que na outra região o concurso é mais fácil e aí um candidato da Grande Florianópolis faz o concurso para o litoral e outro do litoral acaba fazendo concurso para o interior. Então, se for feito um remanejamento, temos como acertar.

Eu lembro também que o governador Luiz Henrique pediu ao secretário Ronaldo Benedet que Joinville recebesse 45 policiais e Blumenau 30 policiais. Se eu não me engano, tínhamos 94 policiais para serem distribuídos no estado, deputado Antônio Aguiar, sendo que 45 iriam para Joinville e 30 para Blumenau. E os demais 291 municípios do estado ficariam com quantos? Com meio policial?

Assim sendo, depois de ter sido feito um estudo, transferimos 12 policiais para Joinville, dez para Blumenau, dez para Criciúma, dez para as regiões maiores, como Balneário Camboriú, Itajaí, que também são regiões carentes, Jaraguá do Sul, que agora está sendo atendida e que era uma das regiões mais carentes, enfim, fizemos uma distribuição dos policiais pelo estado afora, sendo levada ao governador, o qual ficou sensibilizado, pois não dava para colocar 45 policiais em um local e deixar a outra região sem receber nenhum.

É preciso que haja o componente técnico, o componente político e a sensação de segurança. Porque não é para Blumenau, é para a região de Blumenau que está indo somente um delegado. E isso ocorre também na região de Gaspar, Pomerode, Indaial, que está clamando por segurança. Até a questão do sentimento de segurança fica abalado.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Rapidamente, deputado, quero agradecer pela solidariedade a esse debate iniciado hoje, nesta Casa, sobre segurança pública.

Quero dizer que entendo que a solução é trabalhar com as regiões. Não é possível trabalhar somente com 202 policiais civis, e até quero eximir de culpa o governador Raimundo Colombo, pois não levou para a sua Lages nenhum policial civil, e para Blumenau e região foi apenas um policial. Realmente isso é algo que causa indignação.

Por outro lado, quero parabenizar o secretário da Segurança, porque está tendo, acho que até instigado pelo nosso debate, bom senso, anunciando, nesta tarde, que vai beneficiar Blumenau, ainda em 2011, com 160 policiais militares. Menos mal.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, Ismael dos Santos.

Sabemos da boa vontade do secretário e do delegado-geral sobre a necessidade desse reestudo. Temos que reconhecer. Mas hoje pela manhã, tivemos uma reunião com o governador Raimundo Colombo, que deu total autonomia, pedindo que fosse usado o melhor critério técnico possível para atender a todas as regiões. Sabemos que ele quer minorar o problema, tanto que há poucos dias conversávamos sobre segurança pública e ele disse que irá adiantar a convocação dos aprovados nesse concurso que está em andamento para agilizar a formação de novos policiais e atender a todas as regiões.

Eu queria que Joinville recebesse 50 policiais e Blumenau também, assim como todas as regiões, mas sabemos que para fazer um concurso é necessário, é a Lei de Responsabilidade Fiscal, convencer o setor da Fazenda a realizá-lo. Isso é muito complicado, e quando se consegue, o número é reduzido e a matemática para distribuir depois esse número de policiais, ante o clamor social, é muito grande.

Eu, na realidade, iria falar hoje, mas deixarei para amanhã, sobre o pedido de criação da região metropolitana do extremo oeste catarinense. Estamos sendo provocados pela comunidade e lideranças regionais porque as regiões metropolitanas têm vantagens na questão de financiamentos, de estudos de saneamento, enfim, de investimentos públicos. Além disso, o financiamento de imóveis é feito em condições facilitadas. Não podemos deixar que uma região do estado fique em desigualdade perante as demais. Por isso amanhã falaremos sobre esse assunto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, sras. deputadas e srs. deputados, faço uso da tribuna, nesta tarde de terça-feira, para tecer alguns comentários sobre a obesidade mórbida, haja vista que fui, em épocas passadas, mais precisamente em 2003, 2004, autor da audiência pública que culminou com a criação da fila única para cirurgia bariátrica em todo o estado de Santa Catarina, com a participação efetiva do estado através da secretaria da Saúde, quando era secretário o deputado Dado Cherem.

(Passa a ler.)

"Mais Gordinhos

Quase metade da população do Brasil está com excesso de peso.

Pesquisa do ministério da Saúde revela que mais brasileiros apresentam sobrepeso e obesidade. A má alimentação e a falta de exercícios físicos estão deixando a população catarinense acima do peso. Os dados da pesquisa anual do ministério da Saúde mostram que 46,3% dos adultos acima de 18 anos, em Florianópolis, estão acima do peso, entre os quais 14,4% têm obesidade mórbida. A situação da capital é um indicativo do problema que o país enfrenta com a obesidade.

No Brasil, 48% da população estão acima do peso, entre os quais 15% têm obesidade. Em 2006, os percentuais eram de 42,7% e 11,4%, respectivamente. Rio Branco tem o maior índice de pessoas acima do peso do país: 55,2% da população adulta. O menor índice (36,6%) é o de Palmas, no Tocantins. Florianópolis ocupa a 16ª colocação no *ranking* das capitais. O diagnóstico é um pouco melhor na lista entre as capitais com maior população obesa, onde a cidade figura na 19ª posição.

O crescimento de mais de um ponto percentual por ano é considerado 'preocupante' pelo ministério da Saúde, já que o excesso de peso está ligado ao aumento de doenças crônicas. O risco maior está entre os homens. Na capital, 54,2% deles estão acima do peso, sendo 15,5% obesos. O principal problema está na má alimentação, principalmente, no consumo da carne com excesso de gordura (40,5%), do leite com teor de gordura (56,3%) e refrigerante (37,1%) em cinco ou mais dias por semana.

Entre as mulheres, o índice cai para 38,9%, deputada Angela Albino, as mulheres estão-se cuidando um pouco mais, sendo 13,4% obesas. Além disso, elas consomem cinco ou mais porções diárias de frutas e hortaliças (29,4%) e apenas 23,8% consomem carnes com excesso de gordura.

Para Deborah Malta, da secretaria de Vigilância em Saúde do ministério, o fenômeno está ligado a uma mudança no padrão alimentar: maior consumo de produtos industrializados em detrimento de opções mais saudáveis como frutas e legumes. Outro dado preocupante é o sedentarismo. Na capital, 12,2% da população adulta não pratica nenhuma atividade física nem durante o tempo de lazer nem para ir ao trabalho.

Em relação à atividade física, os moradores do distrito federal se saíram melhor: 22,4% fazem algum exercício nas horas de lazer. Em Florianópolis, 16,3% da população praticam atividade física no tempo livre, sendo 21,1% homens e 11,9% mulheres.

A proporção de brasileiros fumantes caiu de 16,2% para 15,1% da população entre 2006 e 2010, segundo a pesquisa. Durante o período, entre os homens, o hábito caiu de 20,2% para 17,9%; na população feminina, o índice continua estável, em 12,7%. Pessoas com menor escolaridade (zero a oito anos de estudo) fumam mais (18,6%) em relação às pessoas mais escolarizadas (12 anos e mais), cuja proporção é de 10,2%. Na capital, 17,4% da população são fumantes, sendo que o hábito é maior entre os homens.

'O Brasil é um exemplo para o mundo no combate ao tabagismo. Medidas regulatórias, como a proibição da propaganda de tabaco e advertências nos maços de cigarro, são muito efetivas e explicam essa importante redução no consumo do cigarro no Brasil' - afirma Deborah Malta."

Dada essa preocupação, que é pertinente na sociedade brasileira, e até em função do projeto que criou a fila única para a cirurgia de redução de estômago, a cirurgia bariátrica, no estado de Santa Catarina, apresentamos, na tarde de hoje, um projeto de lei protocolado nesta Casa através da assessoria parlamentar, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Projeto de Lei

Institui a Semana Estadual de Educação Preventiva e Enfrentamento da Obesidade Mórbida.

Art. 1º. Fica instituída a Semana Estadual de Educação Preventiva e do Enfrentamento da Obesidade Mórbida, a ser realizada anualmente na última semana do mês de setembro.

Art. 2º. A Semana Estadual de Educação Preventiva e Enfrentamento da Obesidade Mórbida tem como objetivo:

I - promover a divulgação de ações preventivas, terapêuticas, reabilitadoras e legais relacionadas com a obesidade;

II - contribuir para o desenvolvimento de propostas que possibilitem o acesso universal e equitativo aos serviços públicos pelos portadores de obesidade; e

III - garantir a democratização de informações sobre as técnicas e procedimentos cirúrgicos e pós-cirúrgicos existentes na área de Gastroplastia.

Art. 3º. Esta Lei será regulamentada no prazo de sessenta dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do art. 71, inciso III da Constituição Estadual.[...]"[sic]

Realmente, esse é um tema extremamente pertinente. A obesidade mórbida, além de trazer uma série de transtornos como doenças cardiovasculares, artrite e artrose, afeta a autoestima - muitas vezes há depressão. Consequentemente, essas doenças podem causar até a morte do paciente. Por isso, a prevenção é a alma do negócio, é uma maneira de prevenir altos custos e proporcionar melhor qualidade de vida à nossa gente.

Gostaria, sr. presidente, para encerrar o meu pronunciamento, de registrar, com satisfação, que presenciei, na tarde de hoje, deputado Romildo Titon, a homenagem aos 45 anos do glorioso PMDB, um partido tradicional, histórico e aguerrido, que contribuiu, e muito, para a democracia brasileira. Por isso, é um prazer compartilhar desse momento com os demais parlamentares peemedebistas.

Gostaria de dizer da minha satisfação de estar aqui, mesmo em trincheira oposta, onde a democracia impera e o relacionamento é sempre salutar.

Portanto, registro a minha satisfação de poder, através desta tribuna, parabenizar os peemedebistas pelo grande partido que construíram ao longo de décadas no país.

Era isso o que eu tinha a dizer, sr. presidente e srs. deputados!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados e sras. depu-

tadas, hoje é um dia importante para o PMDB, que está completando 45 anos.

Antes de fazer referência a esta data, quero saudar as mulheres e anunciar a presença da miss Santa Catarina deste ano, que é de Irineópolis. Seu nome é Líliliana Neppel, tem 24 anos e há seis anos está no Sicoob Canoinhas, na agência Irineópolis. Foi eleita Miss Santa Catarina no dia 9 de abril de 2011, em Itajaí, e vai concorrer, no dia 27 de abril, em Brasília, a Miss Brasil Globo Internacional.

Líliliana Neppel é formada em Direito e faz pós-graduação em Cooperativismo de Crédito. Disputou o título com outras 23 candidatas, no Mariner Plaza Hotel. Ela também representará o estado no concurso Miss Brasil, no dia 17 de setembro, em Bento Gonçalves.

Portanto, Líliliana, meus parabéns por ter conquistado esse título importante. E na reunião do Sicoob em que estive presente, no Galpão Missionário, cumprimentei você, que na época não era ainda Miss Santa Catarina. Mas deixo aqui os efusivos cumprimentos deste deputado que representa o planalto norte.

Hoje é um dia importante para nós, peemedebistas. O nosso partido completa 45 anos de história em Santa Catarina. E esses 45 anos de história foram, sem dúvida, de muita luta e dedicação. Hoje, na pessoa do dr. Saulo Vieira, foram homenageados todos os que fundaram o PMDB em Santa Catarina, há 45 anos.

Portanto, através de João Mattos, presidente em exercício do PMDB, e de Eduardo Pinho Moreira, nosso vice-governador, deixamos a nossa mensagem a todos os peemedebistas do estado de Santa Catarina, uma mensagem de orgulho de ser peemedebista, uma mensagem de orgulho de homenagear os nossos antepassados, as pessoas que fizeram muito em prol do PMDB.

Temos que lembrar dos peemedebistas históricos. Está aqui o deputado Edison Andrino, que foi o primeiro prefeito do PMDB de Florianópolis, e é bom que lembremos Dejandir Dalpasquale, que foi o primeiro prefeito do nosso partido em Santa Catarina.

Esse nosso colega é uma pessoa que transmite aos peemedebistas aquele otimismo e lembra aqueles que sempre lutaram pela liberdade, que sempre lutaram por dias melhores para as nossas famílias, que sempre lutaram com dedicação e competência. O PMDB reúne hoje nada mais nada menos do que 11 deputados estaduais. Temos o nosso líder, deputado Manoel Mota, o nosso vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, e tantos peemedebistas históricos, que fazem realmente a diferença.

Hoje comemoramos 45 anos de luta e dedicação; 45 anos de batalha contra a opressão, contra a ditadura. A deputada Ada De Luca, que hoje faz aniversário e que tem 41 anos de PMDB, fez-nos ver que o PMDB de Santa Catarina é, sim, uma grande família, e por ser uma família tem respeito às pessoas. E isso faz com que no momento em que o partido precisa de seus componentes, eles façam a diferença e trabalhem incansavelmente para que seus objetivos sejam alcançados.

Temos certeza de que a tríplice aliança elegeu, sim, Raimundo Colombo. A tríplice aliança do Democratas, do PSDB e do PMDB fez com que Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira fossem eleitos no

primeiro turno. Isso mostrou a força das urnas do PMDB, a força das urnas da tríplice aliança. Temos certeza de que, hoje, essa tríplice aliança que detém a maioria na Assembleia Legislativa faz a diferença.

Os pronunciamentos dos srs. deputados, as figuras que representam o Parlamento catarinense e o trabalho que eles fazem mostram a diferença de pensamento e a diferença da história do PMDB catarinense.

Nós, do planalto norte, temos uma grande história, a história dos 100 anos de Canoinhas. Canoinhas completará no dia 12 de setembro 100 anos de emancipação política. São 100 anos que mostram a dificuldade com que o planalto norte se desenvolveu, que mostram a época dos tropeiros, que iniciavam sua viagem no Rio Grande do Sul, passavam por Santa Catarina, iam a Curitiba e chegavam a São Paulo passando pelo nosso planalto norte, marcando a nossa história.

Naquela época, em Canoinhas, a cultura do pinheiro, da imbuia e da erva-mate logo se identificou com a cultura que trazia progresso e bem-estar social à comunidade. Mas com o passar do tempo, a cultura do pinheiro foi embora para os Estados Unidos, com a indústria Lambert, que lá se instalou. Depois a cultura da imbuia também foi embora, assim como a da erva-mate. E o que restou hoje? A volta do ciclo da madeira. Atualmente há reflorestamentos com pinus, e a indústria de papel usa o pinus, assim como a indústria moveleira. Enfim, todo comércio gira em torno da madeira, do eucalipto e do pinus, riquezas essas que substituem as matérias-primas antigas.

Queremos nos reportar à visita feita, hoje, à secretaria de Infraestrutura. Lá o secretário Valdir Cobalchini nos atendeu prontamente para que pudéssemos comemorar esta obra importante em Canoinhas: a ciclovia do distrito de Marcílio Dias, que tem um percurso de 4,5km. Essa obra, a reurbanização da rodovia, com a pavimentação da ciclovia até o distrito de Marcílio Dias, que perfaz uma ordem econômica de R\$ 1 milhão, está na planilha da secretaria da Infraestrutura. O diretor-geral Paulo França, que nos atendeu hoje de manhã, colocou Canoinhas na planilha para mais essa obra!

Um grande abraço a todos! Agradecemos, mais uma vez, ao governo do estado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, primeiramente, quero trazer o meu abraço a todos os peemedebistas do estado de Santa Catarina, à militância, aos deputados, aos vereadores, aos prefeitos, aos eleitores do PMDB, a todos aqueles que ajudaram a construir esse partido nos momentos difíceis da vida nacional. Naquela época era difícil, deputado Manoel Mota, fazer o MDB, mas a criação do partido se justificou porque ele foi o grande responsável, juntamente com a Ordem dos Advogados do Brasil, os sindicatos, a UNE, os estudantes, a Igreja, através da CNBB, pela redemocratização do Brasil.

Eu digo com muita tranquilidade aos companheiros do PMDB e àqueles que me ouvem e que me vêem que aquele momento em que construímos o partido era um momento ímpar na vida nacional. Fazíamos, naquela época, política com muito mais idealismo do que se faz hoje. No MDB, em nível nacional, havia figuras de destaque no cenário brasileiro. Podemos citar o grande timoneiro do partido, o saudoso Ulysses Guimarães.

Quando se vinha para o estado de Santa Catarina também se via figuras de destaque, importantes. Até podemos saudar algumas que fundaram o partido, em 1966, como Saulo Vieira, Pedro Medeiros, Murilo Magno Vieira e Germano Amorim. Foram muitos os companheiros que fizeram o partido aqui, em 1966, e que depois se incorporaram ao partido e destacaram-se como grandes lideranças de Santa Catarina. Cito aqui: Jaison Tupy Barreto, que foi deputado federal e um grande senador da República, um homem com um carisma impressionante; Pedro Ivo Campos, ex-governador do estado de Santa Catarina e ex-presidente do meu partido; Dejandir Dalpasquale, primeiro prefeito eleito da história do MDB de Santa Catarina. Na Grande Florianópolis, os primeiros prefeitos eleitos foram Odir Nunes, em Palhoça, e Lauro Brito, em Tijucas.

Eu poderia citar tantos e tantos companheiros valorosos, alguns já se foram e outros ainda continuam ou na vida pública ou contribuindo para o nosso partido. E é por isso que eu espero, sr. presidente, companheiros do partido e deputados, que hoje todos esses que estão no PMDB, que fazem política no partido ou querem entrar, honrem e façam jus à história que foi construída com muita dificuldade, muito sacrifício, muito suor, sangue, cassação e tortura.

Mas, infelizmente, o partido de hoje não é aquele que construímos há tantos e tantos anos. Espero que esta data, que é de festa e de comemoração, sirva também como um momento de reflexão dentro do partido, para que possamos fazer com que volte a ser aquilo que desejamos todos aqueles que o idealizaram.

Sr. presidente, quero também aproveitar a oportunidade, nesta terça-feira à tarde, na Assembleia, para cumprimentar o Procon do município de Florianópolis, através do diretor Tiago Silva, pelo trabalho que está realizando na capital dos catarinenses, primeiramente fechando alguns bancos, porque não obedeceram a legislação e desrespeitaram os consumidores, e agora o sistema de telefonia. Ontem, inclusive, as lojas da TIM foram fechadas em Florianópolis, também por descumprimento da lei.

Eu mesmo, sr. presidente, já tive a oportunidade de me manifestar nesta Casa contra o sistema de telefonia móvel neste país. Aqui em Santa Catarina - e eu não sei se no Brasil é assim - é uma vergonha! Imagino o que eles cobram a mais dos consumidores, porque não há nenhum tipo de controle por parte da Anatel, que deveria fiscalizar, pois é uma agência criada para isso.

Eu, quando deputado federal, aprovei a criação dessas agências para defender o consumidor e o estado brasileiro, mas a Anatel não fiscaliza nada! A TIM encaminha mensagens aos nossos telefones celulares, vários recadinhos, coisa que não poderia ser

feita sem a prévia autorização do dono da linha, do consumidor, mas faz, por incrível que pareça, presidente Jailson Lima, e não conseguimos impedir que isso ocorra, porque já fiz várias solicitações por escrito e, simplesmente, a empresa continua a desrespeitar o consumidor.

Por isso, está de parabéns o diretor do Procon, Tiago Silva, pelo trabalho que vem fazendo. Tenho certeza de que se todos os Procons dos municípios catarinenses e brasileiros tivessem essa postura, essa determinação, essa conduta que está tendo o Tiago à frente do Procon de Florianópolis, muitas coisas estariam diferentes e os consumidores brasileiros seriam mais respeitados.

Espero que a TIM aprenda com essa multa aplicada pelo Procon de Florianópolis. Mas se isso não acontecer, esta Casa, sr. presidente, tem a obrigação de fazer uma audiência pública chamando os Procons de todos os municípios de Santa Catarina e o Procon do estado, em conjunto com os encarregados da telefonia móvel e fixa do Brasil, especialmente de Santa Catarina, e também a Anatel, porque lamentavelmente essas agências que criamos não defendem o consumidor e não cumprem com suas obrigações.

Nesse caso estou referindo-me à Anatel, mas basta observarmos a atuação da ANTT, criada para fiscalizar o sistema de rodovias no país, para ver que não é muito diferente. A ANTT por várias vezes já esteve conversando com este deputado, em audiência pública, e assumiu o compromisso de fazer com que a empresa que ganhou a exploração do pedágio da BR-101 faça o anel viário da Grande Florianópolis. Ou seja, quando eles ganharam o direito de cobrar pedágio, também ganharam a obrigação de fazer o anel viário, cujo projeto, à época, era de 50km, entrando em Tijuquinhas e saindo em Palhoça, mas hoje parece-me que já foram retirados 20km do projeto, que no início era duplicado e agora terá pista simples. E a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT -, que deveria defender o estado e o consumidor, não fiscaliza, tem a mesma postura da Agência Nacional de Telecomunicação.

Por isso, quem sabe, sr. presidente, chamando aqui os Procons do estado e dos municípios, além das agências de telefonia, possamos tentar, no mínimo, amenizar essa situação que a Anatel não tem conseguido resolver.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, às 9h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 031ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA - Chama a atenção para o início da Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe e para a importância da medicina preventiva.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Ressalta a necessidade da instalação de um *campus* da UFFS no extremo oeste catarinense.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Comenta sua recente viagem à Espanha para participar do 9º Seminário Binacional de Gestão Pública.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Manifesta-se contra o voto em lista.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Declara-se preocupado com a mudança, pela Celesc, na forma de concessão da tarifa social; aborda a reunião destinada a discutir a instalação da região metropolitana de Chapecó.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Tece comentários acerca de reunião realizada em Campos Novos sobre segurança pública; enumera os problemas enfrentados pelos policiais militares; aborda a questão da mobilidade urbana.

Partidos Políticos

DEPUTADO JAILSON LIMA - Saúda os encaminhamentos do governo federal para o crescimento do país; defende a qualificação das exportações; afirma que o novo Código Florestal Brasileiro nascerá do consenso no Congresso Nacional.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Repercute o lançamento de dois programas do governo do estado, ocorrido em Joinville.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Faz a defesa do governo de Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Reforça a defesa do governo de Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Cobra do governo federal a promoção de políticas públicas que contemplem o setor exportador brasileiro.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Confirma o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura; comenta a realização de seminário sobre mobilidade urbana na Alesc.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Alerta sobre a periculosidade das rodovias catarinenses.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Pede mais sinalização nas estradas.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Valdeci Oliveira de Liz, Waldomiro Pereira, Antônio Roberto Baticini, João Leal dos Santos e Flávio Goetten, de São Cristóvão do Sul.

Ordem do Dia

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discute a Moção n. 0031/2011, de sua autoria.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (pela ordem) - Agradece a visita do presidente da Alesc ao seu pai, Andrino de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria de abordar, nesta manhã, um tema relacionado à área da saúde, tão importante para a nossa comunidade.

(Passa a ler.)

“Na próxima segunda-feira, dia 25, inicia a Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe. Este ano será utilizada para a imunização a vacina trivalente, que vai prevenir a gripe sazonal e também a gripe A. O público que receberá as doses também será ampliado. A vacina trivalente será oferecida aos trabalhadores da Saúde, às crianças na faixa etária de seis meses a dois anos, às gestantes, aos idosos a partir de 60 anos e aos povos indígenas.

É importante ressaltar que a vacinação, além de prevenir a gripe, auxilia na prevenção de outras doenças respiratórias, evitando, assim, possíveis internações, complicações maiores e também, por que não dizer, maiores custos para o próprio Sistema Único de Saúde.

Ano passado 3,3 milhões de pessoas foram vacinadas contra a gripe A no estado, o que significa mais da metade da população. No entanto, assim como é importante garantir saúde à população, é fundamental fazermos trabalhos e campanhas de prevenção. Assim, que neste ano Santa Catarina sirva novamente de exemplo vacinando um grande número de pessoas.

Portanto, faço essa manifestação para estimular que as pessoas beneficiadas façam uso da vacina, que é um direito que lhes foi concedido.”

Tradicionalmente, o Brasil atuou mais na área curativa do que preventiva, mas hoje está absolutamente claro que temos que incentivar a prevenção. As campanhas de

vacinação são fundamentais, pois hoje temos, por exemplo, em Santa Catarina, um alto índice de hepatite, que poderia ser evitado com uma prevenção efetiva em termos de vacinação para a redução do número de casos.

Por isso, em alguns locais já se tomam medidas além daquelas previstas na legislação nacional. E foi o que fizemos quando prefeito do município de Concórdia, onde instituímos que até 90 dias do nascimento todas as crianças, deputado Jorge Teixeira, v.exa. que é médico, deveriam receber, além daquelas vacinas já recomendadas e algumas até obrigatórias pelo SUS, a vacina contra a hepatite B que, como disse, tem uma alta incidência em Santa Catarina, especialmente no oeste. A prevenção sempre é a melhor arma, o exemplo disso é a filosofia que está na Estratégia de Saúde da Família, cuja tônica efetiva é a prevenção.

Por isso, além de divulgarmos a campanha de vacinação relacionada à gripe, também gostaríamos de reafirmar o desejo de que todas as esferas do governo, seja municipal, estadual ou nacional, possam, efetivamente, atuar na prevenção. As campanhas de vacinação e de esclarecimento são fundamentais, assim como todas as ações nessa área.

Era isso, sr. presidente. Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Parabéns pelo pronunciamento. Alertamos a população catarinense sobre a importância da vacinação, tendo em vista a mudança de clima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, este deputado e o deputado Mauro de Nadal estiveram, no início desta semana, participando de uma audiência pública promovida pela comissão de Educação Cultura e Desporto, sr. presidente, discutindo e debatendo a extensão da UFFS no extremo oeste de Santa Catarina, porque a comunidade regional, desde a criação da segunda universidade federal em nosso estado, a Universidade Federal da Fronteira Sul, com sede em Chapecó, continua atenta, vigilante, no sentido de manter acesa a perspectiva de um novo *campus* universitário.

A bem da verdade houve um processo de interiorização do ensino público superior desde os anos 50, quando se iniciou uma abertura no sentido de oportunizar aos municípios menores a perspectiva de um dia realizarem o sonho de ter uma universidade mais próxima.

Sabemos também que este processo ganhou importância nos anos 90, mas ao longo desse processo todo houve acesso à própria universidade. Sabemos que houve um grande avanço nesses últimos seis anos basicamente, tanto no que diz respeito à universidade, quanto aos institutos de profissionalização, nos quais se busca qualificar, profissionalizar cada vez mais o jovem brasileiro.

É nessa perspectiva que o extremo oeste se une cada vez mais no sentido de realizar esse debate. Ao mesmo tempo em que se faz o debate, busca-se garantir à região a presença da universidade. Mas há que se reconhecer que nesses anos, diante da ausência do estado na política de educação, as universidades comunitárias presentes em todas as regiões do nosso estado têm cumprido um papel estratégico importante. Mas é preciso que se avance e garanta-se a presença do estado com relação ao ensino superior, pois essa é uma forma de avançarmos na parte científica, de pesquisa. Parece-me que esse é o grande papel da universidade pública.

Diante disso, existe uma mobilização constante, vários parlamentares participaram da audiência que serviu para reforçar ainda mais a luta. Os deputados Neodi Saretta e Dirceu Dresch têm participado da busca da consolidação da universidade em nossa região. É preciso que ela se expanda para que mais estudantes tenham direito à educação, que é garantido pela nossa Constituição.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. deputado, é muito oportuna a sua intervenção, parabéns por trazer mais uma vez esse assunto à Casa.

Nós, como v.exa. mesmo disse, participamos efetivamente do movimento pela criação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Inclusive, a definição da sua sede ocorreu numa reunião histórica no município de Concórdia e um dos encaminhamentos que lá ficaram acertados é que tão logo fosse instalada a UFFS, buscar-se-ia a sua expansão, sendo que as cidades prioritárias seriam Concórdia e São Miguel d'Oeste.

Recentemente, também estivemos com o reitor da UFFS que, sabemos, está no processo de consolidação do *campus*, mas ele precisa buscar também a expansão da universidade, que é tão necessária, e vamos estar sempre vigilantes.

Mas, deputado Padre Pedro Baldissera, é oportuno também lembrarmos que o governo do estado precisa expandir a Udesc. Chegou a ser anunciada, inclusive, a instalação da Udesc no meio-oeste de Santa Catarina, mas até agora nada foi encaminhado.

Voltaremos oportunamente a falar sobre esse assunto, mas é importante registrar que não basta apenas o governo federal expandir o ensino superior, o governo do estado também tem que fazer a sua parte.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Isso me faz lembrar que em 2003 demos entrada a um projeto de lei na perspectiva de interiorizar a Universidade do Estado de Santa Catarina para oito grandes regiões do nosso estado. É uma pena que não tenhamos conseguido avançar nesse sentido, mas existe, sim, uma luta visando a fazer com que a Udesc seja interiorizada. Temos que juntos trabalhar para que possamos garantir aos estudantes das diferentes regiões a oportunidade de frequentar o ensino público superior.

Gostaria de anunciar desde já que nos próximos 60 dias estaremos realizando um grande seminário no extremo oeste, reunindo as diferentes lideranças e a direção da Universidade Federal da Fronteira Sul, para que se possa contextualizar o momento histórico que vive a própria universidade, juntamente

com as representações políticas da região, as bancadas federal e estadual, exatamente no sentido de engrossarmos cada vez mais essa luta que é justa e de direito para a região e para o nosso estado.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, vou tentar falar durante os dez minutos que me foram cedidos, pois estou com um problema nas cordas vocais e não está fácil.

A finalidade de utilizar a tribuna hoje é para dar uma satisfação e fazer um pequeno relato da viagem que fizemos à Espanha, mais precisamente ao município de Santander, onde participamos do 9º Seminário Binacional de Gestão Pública, do dia 11 ao dia 15 deste mês, que teve como participantes prefeitos, vice-prefeitos, parlamentares da Câmara Federal e das Assembleias Legislativas de vários estados. Um representante da Petrobras também esteve presente nesse seminário, assim como o prefeito de Santander, o que foi uma deferência, pois normalmente o prefeito da cidade abre o seminário e retira-se. Nesse caso tivemos a sua presença durante praticamente o período todo, além do que deputados e empresários espanhóis deram um brilho especial ao evento.

O tema foi o intercâmbio cultural, político e empresarial entre Brasil e a Espanha. Tivemos a oportunidade política de conhecer experiências da região da Cantábria, que tem como principal cidade Santander.

Pudemos conhecer na prática o voto em lista, muito praticado lá. Constatamos, através da imprensa local, várias denúncias, entre elas a de imposição de nomes nas listas preestabelecidas para uma eleição que se avizinha na Espanha. O atual prefeito de Santander, inclusive, é candidato à reeleição e portou-se de uma forma muito diferente daquela que estamos acostumados a ver em época de eleição, talvez porque seu nome já faça parte da lista e seja um dos mais cotados. Se a situação fosse diferente, tenho certeza absoluta de que não estaria tão tranquilo participando do seminário conosco, estaria nas ruas, nas casas procurando voto.

De qualquer forma, deu para percebermos *in loco* como funciona o chamado voto em lista e como o sistema é passível de corrupção também. Compra de vagas, imposição de nomes e uma série de outras denúncias foi o que ouvimos de pessoas, de deputados espanhóis e da própria imprensa.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, quero somente dizer que a sua experiência na Europa é um paradoxo com o que dizem da Europa, ou seja, que lá há um aperfeiçoamento da democracia ocidental com a questão do voto em lista, mas o que v.exa. declina mostra que, de fato, isso se tornou um balcão de negócios.

E não será diferente no Brasil, por isso nosso protesto contra qualquer intenção de implantar o voto em lista, porque entendemos que vai, sim, roubar do eleitor o direito de escolher o seu candidato.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - O deputado Ismael dos Santos me conhece e sabe que sou até suspeito para falar, porque sou radicalmente contra o voto em lista. Mas a verdade é que tive a oportunidade de reforçar a minha posição, fortalecendo a minha convicção contrária a esse instituto eleitoral chamado de voto em lista, que desejam implementar no Brasil.

Quanto à questão cultural, tivemos várias palestras e visitas sob a orientação dos espanhóis. Sentimos que existe por parte dos espanhóis uma vontade muito grande de mostrar o seu patrimônio, a sua região, que é a Cantábria, porque na Espanha, normalmente, a procura maior dos turistas é por Madri e seu entorno.

Assim, eles fizeram questão de que conhecêssemos a região da Cantábria que, diga-se de passagem, é belíssima e digna de que nela se passe umas férias, posto que é pouco conhecida pelos brasileiros.

Mas o que mais nos chamou a atenção foram as palestras relativas à economia. Sentimos, por parte dos que falaram, desde o prefeito até os empresários, interesse especial no setor econômico brasileiro. Para que v.exas. tenham uma idéia, em 2009, 50 empresas procuraram o Brasil para fazer negócios. Em 2010, já foram 2.200 empresas! E foi constatado que o interesse maior dessas empresas refere-se à infraestrutura e ao setor de serviços.

A questão ambiental foi motivo de várias palestras, a preocupação com o CO2 é séria, existem projetos com o objetivo de diminuir a emissão em até 20%, através de um plano estratégico que inclui várias ações, como, por exemplo, substituição das lâmpadas normais por lâmpadas de *led* em todas as vias públicas e prédios públicos da região.

Quanto ao saneamento, a preocupação é a destinação dos resíduos. No que tange à mobilidade urbana, criam projetos de vias de acordo com o aumento de veículos, coisa que não vemos muito aqui. Isso tudo numa previsão para os próximos dez anos.

Sobre a gestão da água, tivemos, em Santander, uma palestra bastante interessante. A única novidade digna de registro, pelo menos na minha visão, foi a forma como é gerida a água daquela região: o governo estadual, o governo municipal e a iniciativa privada administram o abastecimento e o saneamento na cidade de Santander e na região.

Um dos momentos mais importantes desse seminário foi o contato com inúmeros empresários interessados em fazer negócios no Brasil e com o Brasil, a grande parte com o setor público. E isso me chamou bastante a atenção: querem fazer negócio com o setor público. Tive conversas com vários empresários de forma particular e deixei-lhes a promessa de que faria contato com os prefeitos da minha região para ver se existe interesse. Se a resposta for positiva, provocaremos uma reunião de prefeitos da minha região com os empresários da região da Cantábria.

Um aspecto que me chamou atenção foi que na visita à embaixada brasileira fiquei sabendo que até pouco tempo atrás os jovens e os profissionais brasileiros procuravam colocação para trabalhar na Espanha e na Europa como um todo. Pois agora o movimento é inverso: a embaixada brasileira na Espanha, atualmente, recebe diariamente centenas de jovens espanhóis interessados em vir para o Brasil. São profissionais qualificados que estão

desempregados e tentando, de alguma forma, sair da Espanha. Esse grande interesse deve-se, naturalmente, à estabilidade da democracia e da economia do Brasil.

Já tive a oportunidade de estar na Espanha em outras épocas e para entrar naquele país havia um rigor extraordinário. Hoje, pelo fato de sermos brasileiros, tivemos a oportunidade de chegar e sequer revistados fomos; nossa bagagem, com a maior tranquilidade, foi-nos entregue já no município de Santander. Até aquele papel que se preenche no avião para entregar nem nos foi cobrado na alfândega. Isso denota que o Brasil está sendo visto com outros olhos lá fora.

Muito obrigado, sr. presidente.
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado Nilson Gonçalves, parabéns pelo trabalho e pela brilhante participação no seminário representando esta Assembleia Legislativa na Espanha.

O próximo orador inscrito é o deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero aproveitar para saudar o meu amigo, líder político, ex-vereador Selécio Orth, de Serra Alta, que prestigia esta sessão.

Quero saudar também o sr. Sadi Erlo, coordenador regional do PSDB no extremo oeste de Santa Catarina.

Srs. deputados, acompanho com preocupação - e até fui procurado pela imprensa - a ameaça que existe de que 229 mil famílias de Santa Catarina percam o direito à tarifa social, que é um preço diferenciado das contas de energia elétrica.

Até agora a Celesc, bem como as demais empresas de energia elétrica do país, fazia esse desconto pelo consumo. Então, as famílias de baixa renda automaticamente tinham esse benefício, já que a grande maioria que consome o mínimo de energia elétrica estava enquadrada. Mas a Aneel estabeleceu novas normas e diretrizes e exige um recadastramento. Ou seja, além do consumo menor, a pessoa precisa comprovar que se enquadra entre aquelas pessoas que têm necessidade de acessar essa tarifa social.

O desconto da tarifa social pode chegar a até 65% e o consumidor tem que se recadastrar na distribuidora, mais especificamente no núcleo de inscrição social. Esse documento é emitido pelas prefeituras e serve de comprovação para que as pessoas possam ter direito ao Bolsa Família e a outros programas sociais. As famílias que não fizerem isso estarão sendo excluídas da lista e perderão o direito ao benefício. Assim, aquelas famílias que gastam até 80kw ou menos de energia elétrica vão perder o desconto.

Estivemos acompanhando esse procedimento e entendemos que falta comunicação em que pese a Celesc ter um canal de comunicação direto com o consumidor, a própria conta telefônica, que chega todos os meses na casa do contribuinte. Acredito que há uma ou outra exceção, dentre essas famílias de baixa renda que possuem o desconto diretamente na agência bancária, mas a grande maioria recebe. E a Celesc tem que orientar porque as pessoas vão passar a pagar mais, talvez até sem perceber que estão perdendo esse direito.

Sr. presidente e srs. deputados, fomos procurados pela presidente da Associação

Comercial e Industrial de Maravilha, pelo vereador Janir Signor, presidente da Câmara Municipal daquela cidade, a respeito da criação da região metropolitana de Chapecó. Já há nove regiões metropolitanas criadas no estado de Santa Catarina, porque inicialmente as normas previstas pelo governo federal estabeleciam a criação dessas no caso de cidades conurbadas e grandes centros, que tivessem mais de 700 mil habitantes. Depois, o governo federal abriu a questão e os estados já estão regulamentando e fazendo a implantação das regiões metropolitanas.

A região metropolitana passa a receber benefícios do governo federal, as tarifas telefônicas dessa área são tidas como tarifas locais, ou seja, beneficiam o consumidor com um valor menor para o pagamento dessas despesas. Além disso, existem verbas do PAC, financiamentos com maior prazo e menor juro para as regiões metropolitanas.

A Associação Comercial e Industrial de Maravilha, preocupada com essa situação, levantou uma questão, pois lá existem municípios limítrofes e uns estão recebendo esse benefício e outros não.

Estivemos ontem na secretaria de estado do Planejamento, falando com a diretora Célia Fernandes, a Celinha, com os técnicos e orientando sobre o que é necessário para a implantação de uma RM. Precisamos discutir isso com as associações comerciais, os prefeitos, as lideranças, os vereadores da região, para que possamos criar também em Santa Catarina as regiões que faltam. Só está faltando a região do vale do rio do Peixe, que abrange os municípios de Joaçaba, Videira, Caçador e Canoinhas. São Bento do Sul já está incluída na região metropolitana de Joinville. Mas os municípios de Canoinhas, Caçador, Videira e Joaçaba não estão incluídos em nenhuma região metropolitana.

O secretário de Planejamento, Filipe Mello, já fez uma reunião em Joaçaba a esse respeito, pois a região metropolitana do extremo oeste abrange as regionais de Itapiranga, São Miguel d'Oeste, Maravilha, Dionísio Cerqueira e São Lourenço do Oeste.

Então, nosso objetivo é a criação dessa região metropolitana, porque todo o estado de Santa Catarina será dividido em regiões metropolitanas. Exige-se para cada região, no mínimo, 3% da população do estado e alguns outros critérios. E ontem, analisando esses critérios com os técnicos, verificamos que a nossa região atende todos eles.

Assim, apresentamos uma indicação, já que isso não pode ser objeto de projeto de lei de iniciativa legislativa, pois a competência é do Executivo, no sentido de solicitar ao governador do estado a inclusão dessas novas regiões, fazendo com que todo o estado de Santa Catarina fique dividido em RMs.

Sr. presidente, aproveitando os minutos que me restam, quero falar da realização da convenção do PSDB, um partido que tem dado grande contribuição ao Brasil e ao estado de Santa Catarina e que também participa do atual governo estadual.

Hoje, às 14h, os convencionais de todo estado estarão reunidos para que tenhamos uma convenção tranquila, festiva, como ocorreu no domingo, quando da eleição do diretório estadual, ocasião em que mais de mil pessoas mostraram que o partido está vivo.

As pessoas que querem participar da vida pública devem procurar os partidos políticos, fazer sua filiação e efetivamente participar. Não podemos ser somente críticos. Sabemos que a classe política enfrenta um

descrédito muito grande, mas as ações de uns e outros não podem ser generalizadas para todos aqueles que militam na política. Sabemos também que Santa Catarina tem motivo de sobra para ter orgulho da sua classe política e esperamos que hoje o PSDB dê mais uma demonstração de grandeza e preocupação com o estado de Santa Catarina. A política tem que atender o coletivo e não os interesses pessoais. Temos que pensar na população como um todo. O político deve servir e se não tem esse objetivo, deve sair da vida pública.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigada, deputado.

Faço votos de que o PSDB possa fazer uma convenção à altura do partido. Espero que o entendimento aconteça e que, como v.exa. disse, as ações não sejam pessoais, sejam para o bem do partido.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, todas as pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e que estão presentes na manhã de hoje, neste plenário.

Estivemos no domingo e na segunda-feira no oeste do estado, especificamente em Chapecó e em Campos Novos, onde conversamos com centenas de policiais e de bombeiros militares, com a população em geral, com lideranças políticas e de organizações populares sobre segurança pública. Aliás, isso acontece em todos os espaços que chegamos. Acredito que aconteça também com outros deputados que são da área da segurança pública, bem como com os demais parlamentares. As pessoas querem saber quando vai melhorar a segurança pública, quando vai haver mais policiais, mais bombeiros, melhor estrutura para que se combata a criminalidade com maior efetividade.

Por parte dos policiais e bombeiros existem questões da categoria que os preocupam, e uma delas é a insatisfação salarial, que se vem aprofundando nos últimos anos, a cada nova medida que os governos vêm tomando e que tomaram no passado recente, nos dois últimos anos.

Há insatisfação também pelo engessamento, pelo travamento da mobilidade funcional, da progressão da carreira. Apesar de existir previsão legal que possibilita a progressão, não houve iniciativa administrativa no sentido de fazer cumprir o que está previsto na lei, o que a lei possibilita em termos de avanço na carreira dos policiais e dos bombeiros.

Além disso, a lei da anistia, que é uma lei federal em vigor, não está sendo cumprida em Santa Catarina. Essa também é uma questão permanente em todas as rodas de diálogos, nas conversas com policiais e bombeiros neste estado.

Apesar de todas essas questões - salário, carreira, falta de anistia -, há a preocupação também dos policiais e dos bombeiros, de forma muito especial, justamente com a falta de condições para poderem prestar um melhor serviço à população. Falta efetivo e isso impõe riscos, inclusive, à vida e à segurança dos policiais e bombeiros que estão trabalhando, além, é claro, de estarem permanentemente ouvindo reclamações da população, que está indignada com a falta de segurança.

Eles estão ouvindo aquilo que talvez devesseser ouvido pelas autoridades maiores do estado, já que o policial está na linha de frente atendendo à população com falta de efetivo, em condições de inferiores de pessoal, descumprindo aquilo que estabelece a própria legislação, as próprias normas de funcionamento do serviço de segurança pública. Por exemplo, na viatura de Auto Socorro de Urgência - ASU -, do Corpo de Bombeiros, a norma é que haja três bombeiros profissionais: um na condição de motorista e dois na condição de socorristas. Na maioria das vezes temos apenas dois profissionais, um a menos, e existem situações, muitas, aliás, em que existe apenas um, o militar é o motorista, o socorrista, faz todas as atividades de imobilização e de recuperação sozinho. Evidentemente essa situação deixa indignado o servidor que quer prestar um bom serviço à sociedade. Porque ver um ser humano morrer, saber que aquela vida poderia ter sido salva se ali estivesse mais um bombeiro, é muito difícil. Ou o policial militar que, atendendo uma ocorrência de assalto, por exemplo, não consegue evitar o assalto e nem prender o indivíduo porque lhe falta um companheiro. Em muitas cidades do estado, inclusive nas grandes, temos um policial trabalhando sozinho numa viatura: ele dirige, comunica-se via rádio, o que, ao mesmo tempo, é uma infração de trânsito, e tem que usar a arma, se for necessário.

Essa é a condição de trabalho da maioria dos policiais e bombeiros militares que estão na linha de frente para atender a população. Evidentemente, não há nenhuma viatura blindada, qualquer tiro de um revólver calibre 22 ou 38 atravessa a viatura e acerta o policial. Isso também afeta a segurança e, inclusive, a autoestima daqueles que estão na linha de frente para dar segurança à população.

A sociedade quer resultados efetivos e, de preferência, rápidos, mas não dá para fazer milagre na segurança pública. Ou se dá condições ou não se faz! Ou se possui o efetivo suficiente, valoriza-se o servidor, dando condições materiais para trabalhar ou não se faz o trabalho. E isso vale para todos os aspectos da segurança pública, como prevenção, combate, manutenção do sistema prisional e recuperação de apenados. Se não existirem as condições adequadas, não se faz, não existem milagres.

Portanto, essa é uma das maiores preocupações da sociedade atualmente. Em todos os lugares aonde vamos ouvimos sempre as mesmas reclamações, a mesma indignação e, infelizmente, dizemos sempre a mesma coisa: não depende da nossa vontade, muito menos do projeto de um parlamentar porque ele não pode determinar nem um centavo de gasto para o Poder Executivo. O parlamentar não pode mexer na estrutura da administração pública. E aí continuamos falando e ouvindo, mas medidas concretas e corretas precisam ser tomadas, porque, ao tomar qualquer medida e dizer que se está buscando a solução, pode-se estar fazendo exatamente o contrário, pois a medida errada piora a situação. E muitas medidas erradas, equivocadas, desastrosas foram tomadas nos dois ou três últimos anos neste estado, muitas medidas profundamente equivocadas, que contribuíram não para melhorar, mas para piorar a segurança pública da sociedade catarinense.

Quero abordar outro assunto, a mobilidade urbana. Demorei uma hora para vir de Serraria, em São José, até esta Casa, na manhã de hoje. Pelo rádio ouvi um cidadão vindo do sul de

São José dizer que estava há 1h25 na estrada e ainda não havia chegado à ponte. Ou seja, um deslocamento de 10 ou 20km.

Srs. deputados, novamente e infelizmente os estudantes estão nas ruas para protestar contra mais um aumento da passagem do transporte coletivo nesta capital.

Este já é o quarto ou quinto ano que falo deste assunto: é mais caro andar de ônibus em toda a Grande Florianópolis do que andar de carro particular. E essa é uma lógica irracional. Enquanto for assim, o problema não será solucionado. Não adianta fazer outra ponte, não importa o nome que ela ganhe, se não se investir em transporte coletivo, em transporte de massa eficiente, de qualidade, com potencial para resolver a demanda. Não existe saída milagrosa. É preciso que o poder público invista em transporte coletivo, inclusive criando uma empresa pública de transporte, porque o transporte coletivo é uma concessão pública e em nosso estado e país isso virou sinônimo de lucro para alguns poucos empresários.

É responsabilidade do poder público proporcionar transporte coletivo de qualidade para garantir, inclusive, a segurança de quem se desloca nas cidades. Mas enquanto ele não assumir a sua responsabilidade desprivatizando o transporte coletivo, nenhuma solução dará conta de sequer amenizar o problema, pelo contrário, ele somente se agravará.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero aproveitar para desejar que o ninho tucano encontre a paz na eleição para a presidência do partido. O deputado Moacir Sopelsa disse que os conflitos nas decisões aconteciam mais no Partido dos Trabalhadores, o PT fez sua escolha e agora o PSDB está copiando. Enquanto nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos construindo a confluência de ações, deputado Kennedy Nunes, vemos que em Santa Catarina o PSDB está numa disputa fratricida.

Então, desejo boa sorte ao deputado Marcos Vieira, ao ex-governador Leonel Pavan e a todo o PSDB, porque isso faz parte da democracia. Espero que todos saiam bem e que ninguém saia depenado dessa conjuntura do PSDB catarinense.

Mas, como falo em nome do meu partido, o PT, tenho que enaltecer a continuidade brilhante que a presidenta Dilma Rousseff está dando ao nosso governo, não é à toa que ela está com um alto índice de aprovação. O governo do presidente Lula colocou o país nos trilhos, um operário deu uma direção ao Brasil e a presidente Dilma Rousseff continua a conduzir os destinos desta nação na mesma direção, deputado Moacir Sopelsa.

Segundo o IBGE, o salário médio do trabalhador brasileiro é hoje o maior desde 2002. Ou seja, desde 2002 até agora houve o maior aumento médio do emprego formal do país e, conseqüentemente, da informalidade, porque ela, estatisticamente, sobe de forma igualitária. Isso mostra claramente que nos seis primeiros meses o rendimento médio ficou

em R\$ 1.557,00, sendo que foram gerados, nesses seis meses, 531 mil novos empregos. Se continuarmos nessa lógica, estaremos fechando o ano com mais de dois milhões de empregos com carteira assinada no Brasil.

Por isso este país é um expoente na economia internacional, porque apesar da alta da inflação, que já está sendo domada, continua aumentando suas reservas cambiais. Ao aumentar a reserva cambial, cria estabilidade econômica.

Apesar da alta nos preços da gasolina e do álcool, mesmo com a grande produção que temos, o país bateu novamente, no mês passado, o recorde de vendas de veículos no mercado interno.

Por essa razão, deputado Darci de Matos, v.exa. que é do planalto norte sabe o que representa a estabilidade econômica e a distribuição de renda no Brasil, decorrentes da política implementada pelo presidente Lula e mantida pela presidenta Dilma Rousseff, que tão bem representou o país abrindo o mercado de carne na China, ampliando a capacidade de exportação e auxiliando, com certeza, na geração de emprego neste estado.

Isso é importante, porque diferentemente do Brasil, em Santa Catarina houve uma desaceleração do emprego nos três primeiros meses de 2011. E sabemos que é importante para o incremento da receita do estado e para a geração de emprego.

A nossa balança comercial tem-se pautado prioritariamente na exportação de minério de ferro e na agroindústria. Temos que investir mais em ações tecnológicas e em educação, para que qualifiquemos as nossas exportações e não fiquemos tendo como pilar da balança comercial apenas o agronegócio e a extração mineral.

Srs. deputados, quando falo que temos que qualificar as nossas exportações, surge a notícia de que o governo brasileiro, através do ministério da Educação, comprou computadores para os alunos das escolas públicas, num investimento de valores significativos.

Isso é importante, sim, mas na conjuntura que estamos na área tecnológica temos que começar a mudar. Não vamos mais ficar falando em *notebooks*, teremos que falar em *tablets*, que é um tipo de *ipod*, porque além de serem mais baratos, têm uma transportabilidade maior e um nível de resistência superior aos *netbooks*.

Então, cabe ao ministério da Educação começar a mudar o seu enfoque. Não vamos mais, daqui para frente, discutir computador para aluno, porque daqui a três ou quatro anos não vamos mais estar falando em *netbook* ou *notebook*, já que os *tablets* estão tomando conta do mercado e tecnologicamente também temos que andar para frente.

Outra coisa importante que temos acompanhado é a votação do Código Florestal Brasileiro, cujo debate começou em Santa Catarina, com a aprovação em nosso estado do Código Ambiental. O governo da presidente Dilma Rousseff, através dos seus ministros, está trabalhando uma proposta de consenso no Congresso Nacional para a aprovação do novo Código Florestal, deputada Ana Paula Lima. Logicamente que o projeto do código apresentado pelo deputado Aldo Rebelo, do PCdoB, atendia mais ao agronegócio do que à micro e pequena propriedade rural, pois priorizava o desmatamento de grandes áreas.

Não podemos deixar de fazer debates; precisamos mostrar que é importante

avançar e que este país é um grande produtor de alimentos, não apenas para consumo interno, mas para exportação. Temos que achar uma proposta que seja um meio termo para não restringirmos a capacidade de produção de alimentos, mas, ao mesmo tempo, não penalizarmos o pequeno agricultor, a agricultura familiar.

Srs. deputados, os debates que estão ocorrendo em Brasília estão sendo coordenados pelos ministros Antônio Palocci e Luiz Sérgio e pelo companheiro Cláudio Vignatti. Temos convicção de que até o mês que vem teremos uma legislação que permita uma maior flexibilidade do ponto de vista das questões ambientais, mas que, além de preservar o meio ambiente, não prejudique quem produz neste país, a fim de que continuemos tendo a competitividade necessária, consolidando, assim, a nossa economia, a distribuição de renda e o crescimento do Brasil.

No mais, deputado Moacir Sopelsa, agradeço o tempo que me foi concedido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, desejo fazer menção a alguns temas. Primeiramente, ao discurso do deputado amigo, competente e combativo Jailson Lima. Sem dúvida alguma, apesar de ser do Democratas, partido de oposição ao governo federal, tenho que reconhecer que o governo Lula foi bom para o Brasil e que a presidente Dilma Rousseff começa com o pé direito a sua gestão.

Não podemos fazer oposição radical, pessoal, raivosa; temos que reconhecer os méritos, os avanços deste governo, sem esquecer, porém, que a estabilidade econômica teve início no governo de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB e do Democratas, alguns anos atrás.

Sr. presidente, desejo também, neste momento, fazer menção ao aniversário de Rio Negrinho, onde, certamente, v.exa. estará amanhã, assim como nós, no desfile cívico comemorativo aos 131 anos daquele município.

Deputado Manoel Mota, não sei se v.exa. conhece Rio Negrinho, pois atua mais no sul do estado. Felizmente, v.exa. não tem ido roubar os nossos votos no planalto, mas se passar por lá será bem recebido, porque Rio Negrinho é uma cidade acolhedora, pujante, que dá a sua contribuição à economia de Santa Catarina, apesar das dificuldades que tem enfrentado a atividade moveleira nos últimos anos, que é a locomotiva econômica do município.

Portanto, o meu reconhecimento, o meu abraço, a minha solidariedade, juntamente com o deputado Sílvio Dreveck, que é de São Bento do Sul, município vizinho, que é dirigido pelo competente prefeito Osni José Schroeder e pela Câmara Municipal, composta de vereadores combativos, aguerridos e sensíveis.

Tenho lá muitos amigos, como, por exemplo, os vereadores Arlindo André da Cruz, conhecido como Pisca, Salvador Onorino Roell e Celso Lovemberger, da bancada dos democratas.

Quero também, sr. presidente, fazer menção a um programa que está sendo formatado pelo governador Raimundo Colombo, juntamente com o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, que fará, com certeza, um grande governo, porque montou uma equipe muito competente, corajosa, transparente, arrojada, que tem como prioridade a Saúde, a Segurança Pública e a continuidade da descentralização, que foi iniciada pelo ex-governador Luiz Henrique da Silveira.

Também quero anunciar que o secretário João Rodrigues esteve em Joinville, participando de uma missão oficial, e no planalto, deputado Sílvio Dreveck, participando de uma missão partidária, ocasião em que anunciou que estão sendo formatados dois programas fundamentais. O primeiro é o Juro Zero para as micro e pequenas empresas e para a agricultura de Santa Catarina. Na verdade, o Juro Zero começou de forma embrionária em Lages, quando lá foi prefeito Raimundo Colombo, há muitos anos, e agora será lançado para toda Santa Catarina. Quer dizer, quem vai pagar os juros dos empreendedores individuais, das pequenas empresas, dos agricultores, quando fizerem o financiamento de uma vaca, de um equipamento agrícola, sendo que as pequenas empresas poderão fazer o financiamento para a sua reestruturação, será o governo do estado de Santa Catarina. Esse programa objetiva incentivar o pequeno agricultor e o pequeno empreendedor do nosso estado, a fim de que se estruturarem, aqueçam a economia e gerem postos de trabalho.

Outro programa, deputados Sílvio Dreveck e Kennedy Nunes, diz respeito ao acesso à internet e à telefonia fixa a todos os agricultores do nosso estado, pois, por incrível que pareça, a área agrícola de Joinville - região de Vila Nova - ainda não tem telefonia fixa e acesso à internet. E sem esse acesso os cidadãos catarinenses não têm democracia plena. A internet traz dignidade às pessoas e acesso ao mundo globalizado, aos negócios, enfim, aos acontecimentos do dia a dia do nosso planeta.

Portanto, esse programa que está sendo formatado vai ser de fundamental importância para Joinville, para Santa Catarina e, sobretudo, para milhares de famílias que residem no interior do estado e que estão à margem do progresso, do desenvolvimento e do mundo globalizado.

Parabéns ao governo Raimundo Colombo; parabéns ao secretário João Rodrigues; e parabéns à equipe do nosso governo, que está formatando esse grande programa que vai revolucionar o estado de Santa Catarina e incrementará a conquista da cidadania pelo povo catarinense.

Também não poderia deixar, deputado Antônio Aguiar - e v.exa. é do planalto, e eu e o deputado Sílvio Dreveck passamos por lá, ajudamos v.exa. e às vezes roubamos alguns poucos votos que não lhe fazem falta; mas v.exa. é o grande representante, junto com o deputado Sílvio Dreveck, do planalto, da região de Canoinhas e demais municípios -, agora que elogiei o governo Lula e o governo de Dilma Rousseff, de fazer aqui uma observação. Temos que lamentar, porque nem tudo é festa, nem tudo se constitui nas mil maravilhas no governo federal. Há pendências como, por exemplo, a duplicação da BR-470; a duplicação da BR-280, cujo edital foi lançado nas vésperas da eleição da presidente Dilma Rousseff, foi suspenso e estamos aguardando uma providência do governo federal; a

duplicação da BR-101. Quer dizer, há pendências de infraestrutura em Santa Catarina e no Brasil!

Um jornal publicou amplamente uma notícia que nos deixou entristecidos. Deputado Manoel Mota, Santa Catarina é o sétimo estado do Brasil em arrecadação de tributos, mas, na outra ponta, é o 15º em recebimento de impostos, de dividendos, de recursos do governo federal. Isso é um absurdo, deputado Elizeu Mattos! Nós mandamos os recursos para Brasília e o dinheiro não volta para o estado.

Então, é aquilo que o ex-governador Luiz Henrique sempre dizia: precisamos, urgentemente, implementar o pacto federativo, porque somente 13% do que se arrecada ficam nos municípios, 22% em Florianópolis e, absurdamente, 65% daquilo que arrecadamos vão para Brasília e muitas vezes não voltam para os municípios e para o nosso estado, através de benefícios à Saúde, à Segurança Pública e à Infraestrutura. Assim, os governos Lula e Dilma Rousseff estão devendo para o nosso estado, pois estamos mandando recursos para Brasília e não estamos recebendo o devido retorno.

Fica aqui o alerta, a crítica construtiva, o nosso depoimento e o desejo de que o governo federal devolva um pouco mais daquele montante de recursos que mandamos a Brasília todos os anos.

Sr. presidente, esperamos voltar a esta tribuna para elogiar a presidente Dilma Rousseff, e que ela possa retribuir através de recursos e de obras significativas na Saúde, na Segurança Pública e, sobretudo, na Infraestrutura do nosso estado!

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, queremos lembrar, e o povo sabe disso e não esquece, os oito anos que vivemos em Santa Catarina nos governos de Luiz Henrique/Eduardo Pinho Moreira e Luiz Henrique/Leonel Pavan. Foram oito anos de trabalho e dedicação, mas com um projeto que se chama descentralização. Através dele, a população dos pequenos municípios não diminuiu, ao contrário, cresceu. Quer dizer, não existem mais favelas em Santa Catarina, porque não vieram mais pessoas do interior para a capital ou para os grandes municípios.

Então, vivemos um momento ímpar em Santa Catarina, fruto da descentralização, que atendeu a sociedade como um todo. Tanto é verdade que 54 municípios que não tinham acessos pavimentados agora os têm. Estão sendo concluídos os últimos, e todos os municípios terão seus acessos pavimentados. O nosso será o único estado da federação que terá todos os acessos aos municípios pavimentados!

Esse foi um trabalho gigante, responsável, criativo e competente. E não pode ser esquecido, porque deu certo. Tanto é que ninguém da Oposição, nesta última eleição, falou contra a descentralização, porque as pesquisas do Ibope e de outras empresas apontaram que quase 80% da população catarinense

nense a defendia. Isso fez com que cada região se preparasse, organizasse-se e começasse a crescer. E o que aconteceu? Houve R\$ 17 bilhões de investimentos em Santa Catarina de empresas brasileiras e multinacionais que se instalaram em nosso estado. E isso foi fruto do quê? Do Pró-Emprego, do Prodec, que atraiu investimentos.

Quantas vezes desta tribuna foi falado que o estado está deixando de arrecadar tantos milhões, que o estado está perdendo tantos milhões. E o estado somente cresceu, somente aumentou a sua arrecadação. Isso fica demonstrado na prestação de contas de Santa Catarina.

O secretário Lírio Rosso, que já esteve nesta Casa conosco, sabe que todas aquelas empresas que foram beneficiadas vão recolher, agora, os atrasados para os cofres do governo. Então, o governo só ganhou, pois implantou um programa que fez o estado crescer e gerar emprego e renda para melhorar a qualidade de vida do povo. Portanto, Santa Catarina continua crescendo. Esse é o estado que queríamos para o povo catarinense.

Depois de oito anos de governo de Luiz Henrique, elegemos Raimundo Colombo como governador e Eduardo Pinho Moreira como vice. E agora, implantado o seu governo, com secretários e uma equipe competente, temos certeza de que o estado, deputado Elizeu Mattos, vai continuar crescendo a passos largos.

Eu, que já fui prefeito da minha cidade, Araranguá, sei perfeitamente que o governo Raimundo Colombo está no caminho certo rumo ao desenvolvimento.

Por isso, após esses 120 dias de governo, podemos dizer que o governo está embalado. O povo não reclama, pois não há diferença em relação ao governo anterior. Os municípios e o estado continuam crescendo, as empresas continuam procurando Santa Catarina para se instalar, o que é muito importante para nós, catarinenses.

A partir da próxima semana Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira irão visitar - e começarão pelo sul do estado - cada secretaria de Desenvolvimento Regional, ver quais são as prioridades e os encaminhamentos e assim começar um trabalho responsável. É preciso preparar-se para a grande missão. Nessas localidades, com certeza, ele vai ouvir as Associações Comerciais, os CDLS, os vereadores e os prefeitos. Vamos acompanhá-lo, como deputado da região. Temos convicção de que irão investir nas obras prioritárias, justamente aquelas esperadas pela população.

Então, o governo está no caminho certo e vai continuar andando a passos largos. Assim, Santa Catarina continuará a gerar emprego e renda e a melhorar a qualidade de vida do nosso povo. Sempre lutamos para que tivéssemos um governo que transmitisse segurança ao nosso povo.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouçó o líder do governo que, com certeza, vai dar uma contribuição importante e fundamental para continuarmos crescendo. E é isso que o povo espera dos parlamentares.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Manoel Mota, dias atrás fiz um levantamento dos últimos oito anos de governo em Santa Catarina, e está comprovado que houve um crescimento em todos os setores. É lógico que sempre há problemas para resolver,

mas o estado cresceu economicamente, cresceu culturalmente e cresceu na área de esportes. Além disso, no sistema de segurança também houve um crescimento.

Fala-se que faltam vagas nos presídios. Mas vejam que quando Luiz Henrique chegou ao governo havia quatro mil vagas no sistema penitenciário. Hoje esse número praticamente dobrou, há mais de oito mil vagas no sistema penitenciário, mas também há mais detentos.

Então, houve um crescimento em todos os setores do estado com o governo Luiz Henrique. E não se pode negar isso! Os dados mostram isso! Tenho aqui os gráficos e nos próximos dias vou recorrer a eles.

Dentro desse processo de crescimento do estado, houve a opção do eleitorado. O povo catarinense, através das urnas, pediu que esse crescimento continuasse e aprovou um projeto de crescimento para o estado, consolidado com a eleição de Raimundo Colombo. O povo vota em determinadas pessoas e também nos projetos que existem para um estado, uma nação. E cito o exemplo em nível nacional, quando o povo aprovou o projeto iniciado pelo presidente Lula e hoje Dilma Rousseff é a presidente da República.

Tenho plena certeza de que o estado de Santa Catarina vai continuar crescendo como cresceu nos últimos oito anos. E muita gente contribuiu com aquele projeto que defendemos nas urnas. Nós fomos para a campanha defender um projeto!

Dias atrás, quando dei um aparte ao deputado Gilmar Knaesel, falei que este não é um governo de continuidade, mas de continuidade. Não tenho a menor dúvida, pelo que conheço de Raimundo Colombo, de que o estado vai continuar crescendo com a mesma velocidade de antes, talvez até mais, pelo momento que vivemos. Hoje, Santa Catarina, deputado Gilmar Knaesel - e v.exa. fez um belo trabalho na secretaria de Turismo, Cultura e Esporte -, não é mais um estado desconhecido fora do Brasil. Atualmente, aonde vamos, as pessoas conhecem Santa Catarina. Até pouco tempo, quando alguém ia ao exterior, percebia que as pessoas somente haviam ouvido falar de São Paulo e do Rio de Janeiro. Hoje isso não acontece mais! Recentemente, quando fui à Espanha e falei de Santa Catarina, percebi que as pessoas já sabem onde ficamos, onde estamos e quem somos. Dias atrás, ao conversar com o deputado Jailson Lima, soube que na China as pessoas sabem onde fica Santa Catarina.

Esse foi um trabalho importante, que vai facilitar muito o crescimento do nosso estado, pois vai atrair investimentos, já que as pessoas que têm dinheiro não têm mais onde fazê-lo em seu país.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço seu aparte, eminente deputado Elizeu Mattos, e incorporo-o ao meu pronunciamento.

Quero dizer que Raimundo Colombo começará a percorrer o estado iniciando por Araranguá. Ele visitará a serra do Faxinal, cujas obras estão 50% concluídas, faltando apenas a licença ambiental para concluir o restante da obra. Vamos mostrar a barragem do rio do Salto e a Interpraías, que são importantes para o sul do nosso estado.

A Interpraías é uma obra fundamental para desenvolver o turismo, já que Santa Catarina é um estado credenciado para receber o turista brasileiro e também o estrangeiro. O estado recebeu muitos troféus em São Paulo e no Rio de Janeiro por ser um dos mais preparados para receber o turista no Brasil.

Então, essa visita do governador será importante para que ele possa fazer uma vistoria, levantar questões, discutir com a população, ver a situação da saúde, da educação e de todos os setores da economia. Inclusive, ele também poderá falar com os empresários.

Tivemos conhecimento, além de tudo isso, de que o governo está preparando um grande programa para Santa Catarina. O estado vai arcar com os juros de empréstimos que os pequenos municípios fizeram junto ao Badesc porque sofreram prejuízos com as enxurradas. Isso é fundamental para que cada vez mais os menores municípios cresçam e o estado será parceiro das pequenas empresas que quiserem crescer.

Esse é um projeto importante de Raimundo Colombo, de toda a sua equipe e também do Parlamento, porque estamos aqui lutando por melhorias para o nosso povo e para a nossa região. Deputado Silvío Dreveck, a nossa obrigação é lutar pelos nossos empresários, pelo nosso trabalhador e pelo nosso agricultor, que sofre, e muito. Mas tenho certeza de que o governo vai achar os caminhos corretos. Nós, inclusive, deputado José Milton Scheffer, no dia 28 iremos a Brasília buscar soluções para os arrozeiros, como também para os fumicultores.

Então, este Parlamento precisa buscar caminhos, e o presidente da comissão de Agricultura, deputado Aldo Schneider, estará junto conosco batalhando por soluções. O povo espera resultados, responsabilidade, solução, e temos a obrigação de trabalhar dia e noite para buscar esse caminho...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Manoel Mota.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvío Dreveck, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, em primeiro lugar, gostaria de registrar os 131 anos de emancipação político-administrativa do município de Rio Negrinho, que ocorrerá no dia 24 próximo futuro. Trata-se de um município, endossando a fala do deputado Darci de Matos, que tem uma história de pujança, de cultura, com um povo ordeiro e trabalhador, que dá um bom exemplo para Santa Catarina.

Registro a relevância do município de Rio Negrinho, que comemora os seus 131 anos, parabenizando o prefeito, os vereadores, toda a equipe política, mas, em especial, o povo rionegrinense, que faz a diferença.

Gostaria também de dizer que ouvi atento as manifestações feitas pelos deputados no dia de hoje, cada um externando o seu pensamento, o seu posicionamento, e comecei a refletir um pouco sobre a situação econômica de Santa Catarina, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que às vezes discorda dos meus pensamentos, talvez um pouco mais capitalistas. De qualquer forma, a divergência de ideias é saudável e não existe capital sem trabalho e trabalho sem capital.

Sr. presidente, quando falo em economia sempre penso que ela é a base para a promoção das pessoas quando bem utilizada, pois quando a economia vai bem, quando a

renda é bem distribuída, quando os benefícios sociais são garantidos, a democracia é plena.

Gostaria de falar sobre o planalto norte, deputados Kennedy Nunes e José Milton Scheffer, que v.ex.as. conhecem tão bem, partindo de São Bento do Sul, que passou por uma situação crítica e que se está recuperando aos poucos. Já fiz esse registro em outras oportunidades, mas ratifico que lá a economia perdeu a sua base, que era a extração de madeira, as manufaturas de madeira - a transformação da matéria-prima em móveis, em pré-moldados, pré-fabricados - e a extração de erva-mate. A agricultura, que tinha um potencial muito forte, principalmente o pequeno agricultor, acabou sendo prejudicada por vários fatores, entre eles a desativação da malha ferroviária.

Rio Negrinho comemora 131 anos e seu parque industrial é baseado, principalmente, na área moveleira, que está praticamente desativada, pois poucas empresas nesse ramo estão conseguindo sobreviver e manter os empregos. Além disso, o município ainda não conseguiu diversificar a sua economia. A mesma coisa aconteceu em Mafrá, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Major Vieira, Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Porto União e Matos Costa, municípios que possuíam uma economia de base distinta da de Rio Negrinho, mais baseada na indústria, mas que também sofreram e ainda sofrem.

Apesar de a economia brasileira estar vivendo um bom momento, deputado José Milton Scheffer, os fomicultores estão numa situação muito difícil. A grande maioria das empresas que exportam, não todas, está com muita dificuldade. É bem verdade que se procuram inovações tecnológicas para competir no mundo dos negócios, o que não é fácil. No Brasil há muitos anos não temos uma política que facilite a importação de máquinas e equipamentos. E não vamos conseguir recuperar a nossa economia no campo da exportação sem políticas públicas, ou seja, temos um problema sério de rodovias, ferrovias, sistema aeroviário, hidrovieário e de carga tributária. Sem mudanças nesse campo, certamente vamos continuar exportando somente minério de ferro, soja e outras *commodities* agrícolas.

A economia catarinense tem que ser repensada. Qual é o modelo que vamos adotar em Santa Catarina? Evidentemente que ao pensar nisso temos que repensar as políticas públicas e voltá-las para o futuro. Por isso, falo do planalto norte, porque há necessidade de incentivar, de recuperar a economia, pois o governo não tem a obrigação de colocar dinheiro dentro das empresas para recuperá-las, mas tem, sim, o compromisso de implementar uma política pública motivacional. E espero que os programas aqui anunciados pelo deputado Darci de Matos deem conta dessa tarefa. Acredito nisso!

Acredito que temos grandes desafios e precisamos estar preparados para vencê-los. Assim, estamos à disposição para contribuir para que Santa Catarina tenha dias melhores.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria, na

manhã de hoje, com grande alegria, de avisar a todos, especialmente a comunidade cultural de Santa Catarina, que já temos as assinaturas necessárias para formalizarmos a Frente Parlamentar em Defesa da Cultura em Santa Catarina. Esperamos formalizar a instalação dessa frente no dia 3 de maio, para no dia 10 de maio fazermos um grande ato nesta Casa com a sua instalação festiva, desde o início assumindo várias responsabilidades, entre elas uma reflexão especial sobre o Funcultural, que foi objeto de uma auditoria especial do Tribunal de Contas do Estado em 2009.

Queremos também, sr. presidente, acompanhar os desdobramentos do governo do estado no que se refere à cultura, a partir das observações do TCE. Mas como hoje não falaremos somente de flores, gostaria de trazer o posicionamento do nosso mandato sobre o aumento da tarifas do transporte coletivo em Florianópolis. Falo sobre esse assunto não apenas como uma parlamentar que fica a maior parte do tempo na capital, mas como uma parlamentar interessada em mobilidade urbana, já que percebe em qualquer cidade do estado de Santa Catarina e do Brasil a intensificação das dificuldades nessa área. Em todos os rincões, mesmo nas cidades menores, a grande explosão no consumo de automóveis que viveu o país nos últimos oito anos trouxe para as cidades uma grande dificuldade no campo do direito de ir e vir.

Digo isso por dois motivos. O primeiro deles é que no dia de ontem aprovamos, na reunião da comissão de Legislação Participativa, a realização de um seminário, no dia 26 próximo futuro, para debater a questão da mobilidade urbana. Vamos convidar especialistas no assunto para fazer um amplo debate em Santa Catarina, a fim de que surjam propostas de projeto de lei, cumprindo a função da nossa comissão acerca do tema e potencializando a participação da Assembleia Legislativa, coisa que muitos parlamentares desta Casa já fazem e para a qual queremos também dar a nossa contribuição.

O segundo motivo refere-se à nossa preocupação com o aumento da tarifa do transporte coletivo em Florianópolis, que vem exatamente na contramão desse debate. Precisamos otimizar o transporte coletivo, torná-lo atraente, pois ele precisa ser eficaz, melhor e mais barato do que o transporte particular. E quando colocamos em destaque o aumento da tarifa não significa apenas a discussão da tarifa em si, mas a concepção de mobilidade urbana. Qual é o tipo de cidade que queremos? Que cidades estamos construindo para o futuro? E todos os parlamentares desta Casa, pela necessidade que têm em se deslocar até a Assembleia, conhecem o diagnóstico da crescente dificuldade de mobilidade da Grande Florianópolis.

Esta Casa fez uma audiência pública recentemente sobre o rodoanel, objeto de obrigação da empresa que tem a concessão da cobrança do pedágio. Consideramos esse tema de grande relevância na discussão da mobilidade urbana na Grande Florianópolis para desafogar o trânsito na BR-101, de Palhoça até Biguaçu. Desejamos, nesse debate que faremos no dia 26, trazer para esta Casa especialistas que possam ajudar-nos sobre esse assunto.

Para finalizar, registro o nosso lamento à política contrária aos interesses públicos, que foi o aumento da tarifa do transporte coletivo em Florianópolis.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e público que nos acompanha nesta sessão legislativa.

A partir de amanhã teremos mais um feriadão, assim chamado em nosso país o feriado de Tiradentes emendado com o de Páscoa. E a grande preocupação que quero externar mais vez é com o que tem acontecido sempre nos grandes feriados em nosso país, que são os acidentes fatais nas rodovias brasileiras.

A estatística mostra que ao longo dos tempos, justamente nessa época de feriadão, cresce também o número de acidentes. A grande maioria dos acidentes tem como causa a imprudência, apesar do esforço das Polícias Rodoviárias Estadual e Federal, que intensificam a fiscalização.

Santa Catarina é um estado que registra - e esse assunto foi levantado várias vezes não apenas por mim, mas por vários deputados - um número muito grande de vítimas fatais, deputado Sargento Amauri Soares. O nosso estado possui um índice lamentável de acidentes.

Portanto, é preciso, acima de tudo, um trabalho de conscientização. A imprensa tem auxiliado divulgando com antecedência os perigos e chamando a atenção dos motoristas, mas, infelizmente, tem sido quase que inútil. Precisamos, pois, de penas mais severas para os infratores da legislação e educação para o trânsito desde a infância. E cabe-nos, como parlamentares, entrar no grupo de pessoas que têm o dever de chamar a atenção no sentido de minimizar essas ocorrências.

Eu não tenho os dados oficiais em mãos neste momento, mas parece-me, deputado Silvio Dreveck, que no final da semana passada ocorreu uma situação atípica. Foi o primeiro final de semana em que não houve vítimas fatais nas nossas rodovias. Alguém me passou essa informação, não me recordo quem, mas se isso for verdade, temos que comemorar e divulgar, para que se torne uma meta a ser atingida, pois as estatísticas mostram que todo final de semana ocorrem 12 mortes, em média, nas nossas rodovias.

É um número trágico, alarmante e temos que chamar a atenção para isso. Faço essa referência, também porque já passei por essa experiência lamentável dentro de casa. Perdi minha única irmã e o meu cunhado num acidente de carro, em Lages, deputado Elizeu Mattos, em 1974, e até hoje ficaram as cicatrizes e as marcas em nossa família.

Queremos fazer mais uma vez esse alerta, pois estamos diante desse feriadão, para que todos nós que vamos usar as rodovias sejamos mais prudentes e busquemos, sobretudo, obedecer as normas e as regras de trânsito, a fim de que esse índice tão triste para o nosso estado diminua e que possamos efetivamente voltar, digamos assim, também nessa questão, ser exemplo para o Brasil.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Sr. deputado, para colaborar com o seu pronunciamento, que RO dizer que na questão da violência no trânsito todos somos culpados, pois usamos as estradas semanalmente, vemos que falta sinalização, falta fiscalização e que não há uma ação de contenção dessa carnificina que está acontecendo nas rodovias.

Vou apenas citar um exemplo, deputado Gilmar Knaesel, a BR-282, por onde transitam quatro vezes por semana, pois algumas vezes vou a Lages e volto durante a semana. No viaduto de Alfredo Wagner já vi mais de dez pessoas acidentadas. Já fiz indicações e requerimentos e tudo o que podia ser feito ao DNIT, porque é preciso colocar uma sinalização especial naquele viaduto, que fica numa curva. As pessoas que não conhecem a estrada estão-se matando semanalmente lá, mas até hoje não vi nenhuma placa avisando do perigo e já estou aqui há cinco anos!

Sempre falamos sobre a saúde, sobre as pessoas que morrem de câncer e de outras doenças, mas o que morre de gente em acidentes de trânsito... Além disso, muitas pessoas ficam tetraplégicas, paraplélicas e alguma coisa tem que ser feita.

Certa feita tentei fazer uma ação que não foi bem entendida. Afirmei que talvez fosse conveniente colocar pardais nos pontos críticos, pois a cada viagem encontramos uma tragédia no trajeto. Fazemos seis mil quilômetros por mês e sempre encontramos tragédias pelo caminho.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado pelo aparte, deputado Elizeu Mattos.

Sr. presidente, parece-me que devemos fazer, como parlamentares, a nossa parte, organizando um grande frentão no sentido de ajudar na conscientização da população, para que possamos diminuir esse índice trágico em nosso estado.

Para encerrar, estamos a poucas horas de a convenção estadual do PSDB ter o seu último round, que é a eleição da executiva. Espero que nessas horas que restam, deputado Nilson Gonçalves, os tucanos, com suas asas e bicos, encontrem um denominador comum. Espero que os parlamentares estaduais do partido busquem o consenso, para que o nosso PSDB sobreviva e siga forte nos ideais da social democracia e continue prestando um grande serviço a Santa Catarina. Que Deus dê juízo aos nossos candidatos!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença dos vereadores Valdeci Oliveira de Liz, Waldomiro Pereira, Antônio Roberto Baticini, João Leal dos Santos e Flávio Goetten, de São Cristóvão do Sul.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0021/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0023/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0024/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0049/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0060/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0075/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0402/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaria de solicitar que a votação das mensagens de veto fosse transferida para a sessão da próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Já estão transferidas, deputado Antônio Aguiar.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0018/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que institui o Dia Estadual da Pastoral da Criança.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com o voto de louvor do deputado Padre Pedro Baldissera.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0019/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que institui o Dia Estadual das Organizações Não Governamentais do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0488/2009, de autoria do deputado Jailson Lima, que cria o sistema de verificação de furto ou roubo de veículo automotor junto aos postos e praças de pedágios instalados nas rodovias no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno as Indicações n.s: 0198/2011, 0199/2011 e 0200/2011, de autoria do deputado Volnei Morastoni; 0201/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0202/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0203/2011, de autoria do deputado Elizeu Mattos; 0204/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0205/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira; 0206/2011 e 0207/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0208/2011, de autoria do deputado Altair Guidi; e 0209/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 0345/2011, 0346/2011, 0347/2011 e 0348/2011, de autoria do deputado Reno Caramori; 0356/2011, 0357/2011, 0358/2011, 0359/2011, 0369/2011, 0370/2011, 0371/2011, 0372/2011 e 0373/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0363/2011, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0364/2011 e 0365/2011, de autoria do deputado Edison Andrinio; 0366/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0367/2011 e 0368/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0374/2011, 0375/2011, 0376/2011, 0377/2011 e 0378/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0380/2011, 0382/2011 e 0383/2011, de autoria da deputada Angela Albino; 0381/2011, de autoria do deputado Silvio Dreveck; e 0384/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Requerimento n. 0360/2011, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que

solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da ANTT, ao especialista em regulação da ANTT, ao posto de Fiscalização e Atendimento de Itapema e à unidade regional Rio Grande do Sul da ANTT, e à Autopista Litoral Sul, em Joinville, solicitando providências para a construção de um viaduto na altura do Km-128 da BR-101, junto à entrada da rua João Tomaz Pinto, no bairro Canhanduba, no município de Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0361/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Anatel, ao diretor da filial da Brasil Telecom, ao gerente de telefonia móvel da Vivo, ao superintendente da TIM Celular e ao diretor da Claro Celular, pedindo a instalação de antena retransmissora de sinal de telefonia móvel ou ampliação da área de cobertura da região que circunscreve o município de Ascurra.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento n. 0362/2011, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da ANTT, ao especialista em regulação da ANTT, ao posto de Fiscalização e Atendimento de Itapema no estado e à unidade regional do Rio Grande do Sul da ANTT e à Autopista Litoral Sul, em Joinville, pedindo o rebaixamento na base da galeria pluvial do ribeirão da Murta, no município de Itajaí, que atravessa a BR-101, na altura do Km-117, próximo ao trevo elevado e ao entroncamento com a rodovia Jorge Lacerda.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento n. 0379/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor presidente da Oi, pedindo a habilitação de 280 linhas para instalação de telefones fixos no bairro Macuco, no município de Gaspar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento n. 0384/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica à presidenta

Dilma Rousseff e ao ministro da Justiça, no sentido de que seja promovido por merecimento o juiz Amarildo Carlos Lima para o cargo de juiz de 2º Grau do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Moção n. 0031/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviada ao ministro da Justiça, manifestando apoio para que seja instituída uma legislação comum aos países do Mercosul destinada ao combate ao narcotráfico e ao comércio ilegal de armas.

Em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, esse assunto foi tratado na minha ida, juntamente com os deputados Edison Andrino e Gilmar Knaesel, a Montevideu, ocasião em que conversamos com o embaixador do Brasil junto ao Mercosul e à Aladi.

Sr. presidente, há necessidade de que os países do Mercosul tenham uma legislação parecida, similar, no que se refere ao combate à venda de armas e ao narcotráfico.

Entendo que não adianta o Brasil voltar-se ao combate ao tráfico de armas e de drogas se os países vizinhos, como Argentina, Uruguai e Paraguai, não tiverem uma ação parecida.

Quando fui convocado para representar a Assembleia Legislativa, juntamente com os deputados Edison Andrino e Gilmar Knaesel, na semana passada, coloquei no meu *Twitter* que as pessoas que me seguiam poderiam dar sugestões para o Mercosul. E surgiu de um seguidor do *Twitter* a preocupação com uma legislação similar que trate do combate ao tráfico de armas.

Por isso, quero fazer esse registro e fortalecer mais uma vez a importância desta ferramenta tecnológica que é o *Twitter* para o mandato de um parlamentar.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Moção n. 0032/2011, de autoria do deputado Jailson Lima a ser enviada ao ministro da Previdência Social, à ministra da Pesca e Aquicultura e ao secretário de Relações Institucionais da Presidência da República, manifestando apoio à manutenção da agência do INSS no município de Ituporanga.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Moção n. 0033/2011, de autoria da deputada Angela Albino a ser enviada ao presidente da Câmara Federal, manifestando apoio à Proposta de Emenda Constitucional n. 0190/2007.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Moção n. 0034/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch a ser enviada aos ministros da Casa Civil, da Agricultura, do Desenvolvimento Social e da Pesca, ao secretário de Agricultura Familiar do ministério do Desenvolvimento Agrário, ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando intervenção para que seja realizada com urgência auditoria no Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0038/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador Raimundo Colombo, solicitando informações sobre quais os projetos apresentados pelo governo do estado ao governo federal, através do Pronasci, no período de junho a dezembro de 2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, quero agradecer a v.exa. que teve a gentileza de v.exa. que ontem saiu desta Casa e juntamente com o conselheiro Julio Garcia foi visitar o meu pai, na Lagoa da Conceição, um homem com 91 anos de idade. Ele ficou muito contente com a visita de v.exas.

Quero deixar registrado o meu abraço e a minha gratidão pela visita de cortesia a Andrino de Oliveira, na Lagoa da Conceição.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Edison Andrino, a nossa visita teve dois motivos. O primeiro foi conhecer uma pessoa maravilhosa, com 91 anos, absolutamente lúcida e conhecedora dos assuntos de Florianópolis e de Santa Catarina. O segundo foi para homenagear um ícone da capital, que com 90 anos conhece como

ninguém a nossa Florianópolis. Inclusive, levamos para ele uma réplica da ponte Hercílio Luz para que seja um símbolo da importância que esta ponte tem não somente para Florianópolis, mas para Santa Catarina e para o Brasil.

Essas questões têm que ser tratadas com importância, especialmente a nossa ponte Hercílio Luz. É claro que isso deve ser feito com todo o acompanhamento, com toda a transparência, pois são recursos públicos que estão sendo para a sua recuperação que, infelizmente, arrasta-se por décadas.

Essa visita ao seu pai foi emblemática por dois fatores, conhecemos uma pessoa, que é a memória viva da capital e levamos-lhe uma história viva da humanidade, que ainda está de pé, que é a ponte Hercílio Luz.

Recentemente, quando recebi uma missão estrangeira na Casa, presenteei, em nome do Poder Legislativo de Santa Catarina, aqueles que aqui chegavam com uma réplica da ponte e disse-lhes que era a única ponte do mundo com aquelas características que ainda não havia caído. E isso nós temos que ter muito claro, porque é um patrimônio de Santa Catarina e não apenas uma ponte de Florianópolis.

Além disso, a oportunidade de estar com o seu pai foi um momento para reafirmamos este que é um compromisso que todos os catarinenses têm que ter com o nosso patrimônio cultural, que é a ponte Hercílio Luz.

Mais uma vez queremos enviar um grande abraço não apenas no seu pai, mas a sua belíssima família.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para a próxima segunda-feira, às 19h, em homenagem à Associação Catarinense de Empresas Tecnológicas, na passagem dos seus 25 anos.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 006-DL, de 2011

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 40 e seus parágrafos do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONSTITUI Fórum Parlamentar, integrado pelos Senhores Deputados Mauro de Nadal, Valmir Comin, Volnei Morastoni, Dado Cherem, Jorge

Teixeira, Sargento Amauri Soares, Narcizo Parisotto, Angela Albino e Altair Guidi, objetivando acompanhar e debater a situação econômica dos hospitais filantrópicos e fundações hospitalares de nosso Estado em decorrência dos repasses financeiros do SUS.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 19 de abril de 2011

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1773ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1773ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves; Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Processos em Regime de Vista, Consulta - Ofício CL nº 096/2011 - 07/04/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 040/2009-00, celebrado com a Empresa VH Informática Ltda.", relator Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovado parecer por maioria voto vista Dr. José Buzzi. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, Consulta - Ofício CL nº 097/2011 - 07/04/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 035/2008-00, celebrado com a empresa Sandra Regina Tavares Meirelles ME, altera a razão social da contratada pela ST - Gastronomia Ltda. (EPP), aprovado parecer por unanimidade. 3) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2195/10, de Maria de Fátima da Rocha e Processo nº 0478/11, de Lúcia de Fátima Martorano Vieira Maes. 4) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 0483/11, de Alexandre Pantaleão Athanásio. 5) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, Consulta - Ofício CL nº 109/2011 - 14/04/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 109/2009-00, celebrado com a empresa Gota D'água Comércio de Água e Papéis Ltda., retirado de pauta pela relatora. 6) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, Consulta - Ofício CL nº 114/2011 - 15/04/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital para contratação de empresa para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva das impressoras Konicas da ALESC, aprovado parecer por unanimidade. 7) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0387/11, de Juliana Cascais de Aquino Schneider; Processo nº

0409/11, de Adriana Back Koerich e Processo nº 0487/11, de Inês Amorim da Mota. Incluído extra pauta, Processo nº 0127/2011, de Paulo Henrique Rocha Faria Junior, relator Dr. José Buzzi, aprovado parecer por maioria voto vista. 8) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 0485/11, de Flavia Maria de Souza Godim de Oliveira. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia vinte e cinco (25) de abril. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 20 de abril de 2011.

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e onze, às nove horas, sob a Presidência do deputado Gilmar Knaesel, reuniram-se os deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Gilmar Knaesel, Darci de Matos, Luciane Carminatti, Sargento Amauri Soares, Silvío Dreveck, Aldo Schneider, Neodi Saretta e Manoel Mota. Aberto os trabalhos, o deputado Presidente colocou em discussão a ata da 3ª reunião ordinária, que em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Ato continuum, o Presidente passou a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda, o Senhor Ubiratan Rezende e o Diretor de Contabilidade Geral, Adriano de Souza Pereira, que compareceram à reunião da Comissão acima epígrafada, para prestar contas sobre o cumprimento das metas fiscais no ano de dois mil e dez. A explanação faz parte das obrigações determinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e do Regimento Interno do Poder Legislativo, que estabelece que ao final de cada quadrimestre o Poder Executivo faça ao Poder Legislativo uma apresentação, demonstrando o cumprimento das metas fiscais. Na oportunidade membros da Douta Comissão levantaram dúvidas e questionamentos com referência principalmente, aos percentuais aplicados nas áreas de Educação e Saúde, renúncia fiscal e gastos na folha de pagamento. Com a palavra, o deputado Silvío Dreveck questionou as disparidades existentes entre os números apresentados pelo Executivo e os constantes nos relatórios publicados pelo Tribunal de Conta do Estado.

Inferiu uma crítica a inclusão das verbas utilizadas no pagamento dos inativos nos índices obrigatórios para as áreas de Educação e Saúde, mínimo de vinte e cinco por cento e doze por cento da receita líquida de impostos respectivamente. Nesse eixo, o deputado Neodi Saretta e a deputada Luciane Carminatti afirmaram que as duas áreas possuem grandes demandas e que carecem de mais recursos além do mínimo estipulado. Afirmam que se os gastos com inativos forem computados, as verbas serão ainda menores, já a deputada Luciane Carminatti salientou que o Estado precisa adotar o piso nacional para o Magistério e o plano de carreira para as demais categorias. Seguindo, o deputado Sargento Amauri Soares protestou sobre a destinação dos recursos públicos, cobrou do Secretário uma maior valorização dos Servidores Públicos. Continuando, o deputado Manoel Mota elogiou os números apresentados e os ajustes pretendidos pelo Governo, afirmando ser esse o caminho para que se encontrem as soluções que a sociedade catarinense almeja. No mesmo norte, o Presidente Gilmar Knaesel ressaltou que os números mostram a disposição do Governo em enxugar a máquina pública, destinando mais verbas para os investimentos, também levantou a possibilidade de se tornarem impositivas as demandas das Audiências Públicas do Orçamento Regionalizado promovidas por esta Assembleia. O Presidente, diante desses pontos, passou a palavra ao Secretário, que afirmou que as questões levantadas são provocantes e interessantes, mas que muitas vezes possuem mais relação com o processo de formulação de Políticas Públicas Brasileiras do que com a Secretaria da Fazenda e que os diferentes números apresentados pelo Tribunal de Contas do Estado se devem a base de cálculo adotada. Os números do total de dezoito bilhões e duzentos milhões de reais arrecadados em dois mil e dez, depois de repassar recursos aos municípios e ao FUNDEB, restaram treze bilhões, para serem aplicados na manutenção dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, na prestação de serviços e na realização de investimentos. Sobre a indagação do Deputado Sílvio Dreveck sobre a inclusão das verbas utilizadas no pagamento dos inativos nos índices obrigatórios para as áreas de Educação e Saúde, o secretário ressaltou que será excluído da folha de pagamento cem por cento da folha da saúde e aproximadamente oitenta e cinco por cento da educação até 2011, com tudo finalizado sua participação na reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, em trinta de março de dois mil e onze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia seis de abril de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Gilmar Knaesel, reuniram-se os Deputados Membros da Comissão de Finanças e Tributação: Darci de Matos, Elizeu Matos substituindo o Deputado Aldo Schneider, Luciane Carminatti, Manoel Mota, Marcos Vieira, Neodi Saretta e Sílvio Dreveck. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da 4ª reunião ordinária, que em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente destacou o Projeto de Lei Complementar nº 0008.4/2011, de origem do Executivo, que trata da Mini Reforma da Estrutura do Governo, o projeto foi avaliado pelos Parlamentares. Por unanimidade optou-se por estabelecer um calendário de tramite interno da matéria. Ficou estabelecido que qualquer manifestação com relação ao projeto poderá ser feita até as 18 horas do dia 11 de abril, onde se optou por uma reunião extraordinária às 09 horas do dia 12 de abril, e posteriormente sendo apreciado na reunião do dia 13 de abril em horário regimental, para dar continuidade a tramitação, uma vez que o Projeto de Lei Complementar tramita na Casa em caráter de urgência e precisa ser votado em Plenário até o dia 16 de abril. Na seqüência o Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados para relatar as matérias em pauta: **A Deputada Luciane Carminatti** relatou o Projeto de Lei nº 0029/2011 que exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Elizeu Mattos** relatou o ofício nº 0015.4/2011 que exarou parecer favorável que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Marcos Vieira** relatou Projeto de Lei nº 0560.6/2009 que exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, li e digitei a presente Ata que após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, seis de abril de dois mil e onze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia doze de abril de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Gilmar Knaesel, reuniram-se os Deputados da Comissão de Finanças e Tributação: Neodi Saretta, Aldo Schneider, Darci de Matos e a Deputada Luciane Carminatti. O Presidente abriu os trabalhos, colocando em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 0008.4/2011, de origem do Executivo, que trata da Mini Reforma da Estrutura do Governo. O Projeto de Lei Complementar em discussão não foi deliberado por faltar à matéria duas questões fundamentais: Ata da reunião simultânea das Comissões de Finanças, Justiça e Trabalho, que ocorreu com a presença dos Secretários de Estado da Fazenda e da Administração; e a matéria inerente a tramitação por parte do Ordenador Primário um documento oficial exige que a lei de responsabilidade fiscal, seja apensada na matéria sobre as despesas fixadas. A reunião foi suspensa por falta de dois documentos considerados fundamentais pela Comissão. Não havendo mais nenhuma manifestação com relação ao referido Projeto de Lei Complementar, o Presidente encerrou os trabalhos convocando todos os membros para a reunião Ordinária do dia treze de abril próximo. Eu, Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada por todos os membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, doze de abril de dois mil e onze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia treze de abril de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Gilmar Knaesel, reuniram-se os Deputados Membros da Comissão de Finanças e Tributação: Darci de Matos, Aldo Schneider, Amauri Soares, Luciane Carminatti, Manoel Mota, Neodi Saretta e o líder do governo Deputado Elizeu Matos. Aberto os trabalhos, o Presidente colocou em discussão a Ata da 5ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo o Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados para relatar as matérias em pauta: **O Deputado Amauri Soares** relatou o Projeto de Lei nº 0092.0/2010, que altera a Lei número 7.543 de 1988, que institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores e adota outra providência, o objetivo do Projeto de Lei é uma mudança de redação, para garantir o direito à isenção mesmo que os veículos agrícolas circulem por vias públicas; o Deputado exarou parecer favorável ao Projeto de Lei com a emenda substitutiva global da Secretaria da Fazenda, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Aldo Schneider** relatou o Projeto de Lei nº 0102/2011, que objetiva à isenção do ICMS sobre o produto pinhão, na qual beneficia diretamente os produtores de pinhão na região serrana de Santa Catarina, onde o mesmo é fonte de recurso para as famílias que os cultivam. É um projeto de origem governamental, na qual possui parecer favorável da Secretaria da Fazenda, em virtude do projeto de lei não oferecer impacto financeiro ao Estado, assim como, também pelo intuito da normatização da venda do produto. O Deputado exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Gilmar Knaesel** como relator do Projeto de Lei nº 008/2011, abriu a discussão sobre o mesmo, da qual altera dispositivos da Lei Complementar número 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual e estabelece outras providências. Ato contínuo, o Deputado Gilmar Knaesel informou aos deputados membros que de acordo com cronograma definido nas reuniões anteriores desta comissão, o prazo para a realização de destaque ao projeto em vista, encerrou-se na última segunda-feira, dia onze de abril às dezoito horas, tendo sido realizados cinco destaques. Ato contínuo, o Deputado Gilmar Knaesel relatou aos deputados, membros os destaques solicitados; **O Deputado Amauri Soares** solicitou destaque de discussão para sua emenda que recebeu uma tramitação número 23, que diz respeito ao gozo de licença prêmio e ao pagamento das mesmas. **O Deputado Marcos Vieira** solicitou destaque da emenda número 07, na qual solicita a mudança do município de Serra Alta pertencente a Secretaria Regional de Chapeco para a Secretaria Regional de Maravilha. **O Deputado Dado Cherem** solicitou o destaque das emendas redacionais número 11, 12 e 13 da tramitação original. Por fim, o **Deputado Gilmar Knaesel** solicitou o destaque das emendas de números 12, 14 e 16. Após relatar as cinco solicitações de destaque realizadas, o **Deputado Gilmar Knaesel**, informou que tendo em vista o entendimento com o líder de governo e os demais líderes de partido, para o encerramento da tramitação deste projeto no dia de hoje, seu parecer em relação aos destaques realizados. Foi o não acatamento dos mesmos, informou também que os autores destes destaques podem solicitar destaque em plenário. Em relação aos destaques realizados, o Deputado Gilmar Knaesel informou que exceto o destaque realizado pelo Deputado Amauri Soares, que trata sobre movimentação financeira, os outros não possuem caráter de despesa, uma das prerrogativas desta comissão. Ato contínuo, o Deputado Gilmar Knaesel exarou parecer favorável a matéria, fazendo

referências das diligências realizadas, assim como as cinco emendas realizadas pelos Deputados membros, das quais poderão ser realizadas em plenário. Com a palavra, o **Deputado Amauri Soares** destacou que foram realizadas seis emendas ao projeto, quando o mesmo tramitou na Comissão de Constituição e Justiça, junto com as outras quarenta e três, sendo todas refugadas imponentes. Ato contínuo, o Deputado Amauri Soares informou que reapresentou nesta comissão uma destas emendas, ressaltou que essa emenda precisa ser pensada, pois esse projeto de lei em questão, está caminhando para a retirada de um direito conquistado pelos servidores públicos, que é a licença-prêmio para os servidores civis e a licença-especial para os militares. Conforme o relato do Deputado Amauri Soares, atualmente o administrador decide quando o servidor deve retirar sua licença, com isso se acumula as licenças aos servidores. De acordo com o Deputado Amauri Soares, este fato faz com que funcionários públicos tenham dezenas de meses em licença, para o Deputado o Projeto de Lei em questão, obrigará o funcionário a assinar um termo desistindo do direito a essas licenças, sendo assim, esta lei retira do servidor público um direito conquistado. O Deputado Amauri Soares concluiu que devido a estes motivos, não há possibilidade de votar favorável a este projeto e que irá realizar o destaque desta emenda em plenário. Com a palavra, o **Deputado Gilmar Knaesel** destacou que o servidor que não conseguiu usufruir da sua licença deve ser recompensado financeiramente e isso está sendo retirado do seu direito. Na palavra do **Deputado Neodi Saretta** sobre o relatório geral, a bancada apresentou um conjunto de emendas importantes, onde aperfeiçoava o projeto, porém foram rejeitadas no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Na palavra do **Deputado Darci de Matos**, o projeto cumpre os objetivos modernizando o governo, dando agilidade aos serviços prestados a nossa comunidade. De acordo com o Deputado Darci de Matos, existiu a necessidade em concursar ou criar uma gratificação aos técnicos da FATMA, para que os mesmos possam assumir as funções e suprir a demanda existente no estado. Em seqüência ao relato, o Deputado Darci de Matos ressaltou um ponto no Projeto de Lei, que visa a criação de vagas para pilotos de aeronaves no valor de sete mil reais, destacou que os pilotos de helicópteros do Estado, Polícia Civil e Militar, devem ter também os seus valores reajustados. Com a palavra, a **Deputada Luciane Carminatti** destacou primeiramente as receitas não vinculadas, onde no corpo do projeto se reforça essa perspectiva de desvinculação de receita ao criar uma Secretaria, isso não é pouco, pois consequentemente, será menos recursos para a saúde e para educação, o projeto segue o mesmo modelo da desvinculação de receita da União, onde se retirou 20% da educação. Com isso, existe a estimulação na desvinculação de receita no Estado de Santa Catarina, no seu ponto de vista, isto não é uma política moderna e sim fisiologista, clientelista, onde se abre a mão do recurso público, para ficar retida em entidades ou de alguns deputados, que tenham relação. Os recursos públicos devem ter critérios de transparência e técnicos, para que os diferentes consigam ter acesso. Segundo aspecto que julga prejudicial aos servidores: a data base, uma reivindicação antiga, a CCJ afirma que não procede esta emenda, pois gera aumento de despesa, porém não cabe a CCJ. Caberia a esta Comissão a discussão de aumento de recursos, a CCJ cabe a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade, no seu ponto de vista há um atravessamento de funções. Terceiro aspecto a ser destacado é em função a FATMA na região de Chapecó possuir apenas quatro servidores ativos para atender quarenta e oito municípios de abrangência. Possui uma média de seis licenças negadas ou não encaminhadas por dia. O Projeto poderia abordar uma diferenciação salarial. Outro aspecto a ser levantado é a outra emenda rejeitada de sua autoria, esta emenda aditiva do artigo 50, onde foi proposto, que as vendas da zona de processamento de exportação, fossem utilizadas em hospitais e centros de dependência química. Sobre a emenda do Deputado Amauri Soares, atualmente os servidores da educação, da saúde e da segurança, estão acumulando licenças-prêmio não autorizadas pela sua chefia. O servidor não consegue usufruir de seu direito, pois não possui pessoas para substituí-los. Para finalizar, foram apresentados quarenta e nove emendas, sendo que nenhuma foi acatada na sua concepção, como que o Parlamento vai se fazer respeitar, já que a Constituição garante a autonomia dos entes e dos poderes, se de quarenta e nove emendas nenhuma foram acatadas. Portanto, o voto da bancada do PT é contrário, pois o governo demonstrou através dos relatórios, que não quer dialogar com os deputados. O Deputado presidente Gilmar Knaesel resumiu os pareceres realizados pelos deputados membros, ressaltando que a tramitação da matéria nesta Comissão foi prejudicada não somente pelo prazo, mas também por alguns pareceres realizados na Comissão de Constituição e Justiça aos projetos, nas quais entraram no mérito desta comissão. O Deputado Gilmar Knaesel solicitou o registro do desconforto à Comissão de Constituição e Justiça por ter tratado sobre aspectos de despesas e finanças ao Projeto de Lei, sendo que estes não competem a tal comissão. Ato contínuo, o Deputado ressaltou a importância no tramite dos Projetos de Lei, em cada comissão e que deve ser analisada de acordo com a sua competência. O Presidente ressaltou a presença do Líder do Governo na reunião, o Deputado Elizeu Matos, que esclareceu alguns pontos pendentes ao Projeto de Lei, dentre esses pontos foi levantado através da base do Partido dos Trabalhadores e os demais deputados

presentes a sobre a situação da FATMA e o número reduzido de técnicos, assim como a necessidade de gratificações, como estímulo, para continuarem a desempenhar as suas funções. Ato contínuo, o deputado Gilmar Knaesel informou que outra questão levantada na reunião, foi a questão dos servidores da Secretaria de Segurança, que serão transferidos para a nova Secretaria, o Líder do Governo Deputado Elizeu Matos afirmou que nesta transferência não haverá perdas aos servidores. Na seqüência, o deputado Gilmar Knaesel ressaltou também a importância do debate da licença-prêmio, que nesta reunião foi abordada pelo senhor deputado Amauri Soares. Em votação, o projeto foi aprovado por maioria. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Wilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, treze de abril de dois mil e onze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 19 DE ABRIL DE 2011.

Às nove horas do dia dezanove de abril do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniram-se à Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Elizeu Matos, Dirceu Dresch, Sargento Amauri Soares, Maurício Eskudlark, José Nei Alberton Ascari, Silvio Dreveck substituindo Joares Ponticelli e Gilmar Knaesel substituindo Luiz Eduardo Cherem. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 5ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade e passou a palavra aos Deputados para relatar as matérias em pauta: **O Deputado Elizeu Matos** relatou o Projeto de Lei nº 0096.3/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei Complementar nº 0012.0/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Volnei Morastoni. **O Deputado Romildo Titon** relatou o Projeto de Lei nº 0058.8/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado José Nei Alberton Ascari** relatou o Projeto de Lei Complementar nº 0011.0/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Resolução de nº 0002.3/2011 exarou parecer pela diligência que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento de encaminhamento à Procuradoria Jurídica desta Casa para análise da proposição; a Proposta de Sustação de Ato de nº 0004.0/2010 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. **O Deputado Dirceu Dresch** exarou voto vista favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 0013.1/2011 em consonância com o parecer do Relator Deputado Romildo Titon, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Volnei Morastoni** relatou os Projetos de Lei de nº 0083.9/2011, 0210.9/2010 e 0076.0/2011 exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0089.4/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0074.8/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o voto vista do Deputado Elizeu Matos. **O Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o Projeto de Lei nº 0073.7/2011, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0094.1/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado o voto vista favorável exarado pelo Deputado Maurício Eskudlark e o Projeto de Lei nº 0092.0/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Maurício Eskudlark** relatou o Projeto de Lei nº 0086.1/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0085.0/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0043.1/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria e o Projeto de Lei de nº 107.0/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Silvio Dreveck** substituindo o Deputado Joares Ponticelli relatou o Projeto de Lei de nº 0111.7/2011 exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, chefe da Secretaria, lavrei a presença Ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 2011.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO**AVISO DE RESULTADO**

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 1330/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 001/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: Locação de copiadora/impressora digital colorida (4 cores), aquisição de dobradeira de papel automática e de guilhotina hidráulica para atender o Gabinete da Presidência e a Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC.

LOTE 01

Restou fracassado, já que todas as empresas foram desclassificadas.

LOTE 02

EMPRESA VENCEDORA: MILSUL COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Valor total global último lance: R\$ 49.400,00

Florianópolis, 20 de abril de 2011

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE

PREGOEIRA

*** X X X ***

EXTRATO**EXTRATO Nº 061/2011**

REFERENTE: 03º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 042/2010-00, celebrado em 04/08/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Taf Distribuidora Ltda.

OBJETO: O reequilíbrio econômico-financeiro no preço do quilo do café, passando o valor unitário de R\$ 14,90 (quatorze reais e noventa centavos) para R\$ 19,20 (dezenove reais e vinte centavos), mantendo a mesma margem de lucro da época da licitação, ou seja, R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos) por quilo do produto fornecido.

VALOR GLOBAL: Do contrato passa de R\$ 27.937,50 (vinte e sete mil novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) para R\$ 29.550,00 (vinte e nove mil quinhentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: contar de 1º de abril de 2011

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93; item 3.4 da Cláusula Terceira do Contrato original; item 15.2 do Edital; e, autorização administrativa

Florianópolis, 14 de abril de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Tarciso Vidal Lohn- Sócio Administrador

*** X X X ***

OFÍCIO**OFÍCIO Nº 95/11****HOSPITAL Santo Antônio**

Ofício HSA 054/11 Blumenau - SC, 15 de abril de 2011.

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PRESIDENTE DEPUTADO SR. GELSON MERISIO

A/C COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO

Solicitamos a emissão de nova declaração de que a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - Hospital Santo Antônio é uma entidade de utilidade pública.

Para tanto, anexamos os seguintes documentos:

- Relatório anual de atividades do exercício de 2010.
- Atestado de funcionamento (com documento de que o novo ainda não foi emitido, por ter sido alterada a resolução)
- Certidão atualizada do registro da entidade no cartório de Registro de Pessoa Jurídica
- Balancete contábil.

Atenciosamente

Siegfried Hildebrand
Gerente Geral

Lido no Expediente

Sessão de 20/04/11

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 121/11**

Declara de Utilidade Pública a Associação Colméia Instrutiva, do município de Porto União.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Colméia Instrutiva, com sede no município de Porto União.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei Estadual 15.125/2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antonio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 20/04/11

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento, proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação Colméia Instrutiva, do município de Porto União.

Trata-se de uma entidade que, conforme seu estatuto social, não tem fins lucrativos e se enquadra nas exigências da Lei Estadual 15.125/2010, eis que promove a preservação e desenvolvimento da cultura Ucrâniano-brasileira, a recreação e a assistência social, formação e capacitação dos associados através de cursos e seminários, incentivo ao turismo rural, e apoio ao pequeno e médio agricultor.

Frente os relevantes propósitos da referida entidade, para que a mesma possa usufruir dos direitos e vantagens da lei vigente, solicito aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação da presente proposição, para conceder à Associação Colméia Instrutiva, do município de Porto União, o Título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 122/11

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores de Linha Morais do município de Monte Carlo.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores de Linha Morais do município de Monte Carlo

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 4º Na redação da lei que declara a entidade de utilidade publica deverá constar dispositivo nos seguintes termos:

"A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil."

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

ROMILDO TITON

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 20/04/11

JUSTIFICAÇÃO

A Associação dos Agricultores de Linha Morais, localizado no município de Monte Carlos, tem sua Sede na localidade de Linha Morais, tem por objetivo atender as atividades agropecuárias e da defesa econômica, sociais e culturais.

Desenvolver uma política de prestação de serviços que possam contribuir para o crescimento e racionalidade das atividades agropecuárias de seus associados, através de orientação profissional, para o bom desempenho de atividades, sociais e culturais, proporcionando meios de recreação e ocupação, em especial aos seus Associados e promover em suas instalações todo tipo de modalidade para o bem estar dos associados.

A criação desta Associação, sem dúvida trará grandes benefícios à localidade de Linha Morais e para o município de Monte Carlo, no

incentivo de promover e colaborar com seus associados, visando, a integração deste ao convívio com a comunidade daquela Localidade

Diante do exposto, faz-se necessário o reconhecimento desta Associação na Linha Morais, município de Monte Carlo, que tantos benefícios trarão a comunidade.

Certo de estar atendendo a vontade da população do grandioso Município de Monte Carlo, principalmente a Localidade de Linha Morais, venho solicitar o apoio dos Nobres Pares Deputados neste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 123/11

Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Professor Silveira de Matos.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Professor Silveira de Matos, com sede no Município de Santo Amaro da Imperatriz.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de Julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente

Sessão de 20/04/11

JUSTIFICATIVA

Tomo a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública a **Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Professor Silveira de Matos**, atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0021.6/2011

Nos termos do artigo 188, § 2º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, dê-se a seguinte redação a Ementa do Projeto de Lei nº PL/0021.6, de 2011, bem como o art. 1º e 2º do aludido Projeto:

EMENTA: "Dispõe sobre a ampliação da área de abrangência da Escrivania de Paz do Distrito de Itoupava, Município e Comarca de Blumenau, e a transferência de sua sede do Distrito de Itoupava para o bairro Itoupava Central."

Art. 1º Fica ampliada a área de atuação da Escrivania de Paz do Distrito de Itoupava, sediada no Distrito de Itoupava, Município e Comarca de Blumenau, circunscrevendo-a ao Distrito de Itoupava e aos bairros Itoupavazinha e Itoupava Central.

Art. 2º Fica transferida a sede da Escrivania de Paz do Distrito de Itoupava para o bairro Itoupava Central, limitando sua área de abrangência ao Sul pela BR-470

[...]

Florianópolis, de fevereiro de 2011

Deputado GILMAR KNAESEL

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 19/04/11

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 021/2011

Dispõe sobre a ampliação da área de abrangência da Escrivania de Paz do Distrito de Itoupava, Município e Comarca de Blumenau, e a transferência de sua sede do Distrito de Itoupava para o Bairro Itoupava Central.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica ampliada a área de atuação da Escrivania de Paz do Distrito de Itoupava, sediada no Distrito de Itoupava, Município e Comarca de Blumenau, circunscrevendo-a ao Distrito de Itoupava e aos Bairros Itoupavazinha e Itoupava Central.

Art. 2º Fica transferida a sede da Escrivania de Paz do Distrito de Itoupava para o Bairro Itoupava Central, limitando sua área de abrangência ao Sul pela BR-470.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de abril de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 023/2011

Dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial na comarca de Descanso e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica criado o Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da comarca de Descanso.

Art. 2º A outorga da delegação para a nova serventia será realizada na forma da lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de abril de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 060/2011

Altera a Lei nº 12.413, de 2002, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário da Daniela.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.413, de 28 de novembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário Pontal do Jurerê - CCPontal, de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário Pontal do Jurerê - CCPontal, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de abril de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 075/2011

Declara de utilidade pública a Associação de Reintegração Social - ARS, de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Reintegração Social - ARS, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de abril de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***